

**INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA
PESQUISA TERMINILÓGICA BILINGÜE**



USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi



**FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

Vendas

LIVRARIA HUMANITAS-DISCURSO

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária

05508-900 – São Paulo – SP – Brasil

Tel: 3818-3728 / 3818-3796

e-mail: pubfflch@edu.usp.br

<http://www.flch.usp.br/humanitas>



Humanitas FFLCH/USP – abril 2001

ISBN 85-7506-031-7

FRANCIS HENRIK AUBERT

INTRODUÇÃO À METODOLOGIA DA
PESQUISA TERMINILÓGICA BILINGÜE

2ª edição

Humanitas
FFLCH/USP
2001

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO • FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

•

|

Copyright 2001 da Humanitas FFLCH/USP

É proibida a reprodução parcial ou integral,
sem autorização prévia dos detentores do *copyright*

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP
Ficha catalográfica: Márcia Elisa Garcia de Grandi – CRB 3608

A 889 Aubert, Francis Henrik
Introdução à metodologia da pesquisa terminológica
bilingüe / Francis Henrik Aubert – 2. ed. – São Paulo:
FFLCH/CITRAT, 2001.

103 p. – (Cadernos de terminologia, 2)

ISBN 85-7506-031-7

1. Terminologia 2. Terminografia I. Título II. Série.

CDD 20ª ed: 418

A série **Cadernos de Terminologia** é uma publicação do CITRAT – Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A constituição da normalização terminológica no Brasil

n. 1

HUMANITAS FFLCH/USP

e-mail: editflch@edu.usp.br

Telefax: 3818-4593

Editor Responsável

Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

Coordenação Editorial

Mª. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Projeto Gráfico e Diagramação

Selma Mª. Consoli Jacintho – MTb n. 28.839

Revisão

Simone D'Alevedo

SUMÁRIO

Apresentação	7
Introdução	11
Capítulo I Conceituação e delimitação da terminologia	23
Capítulo II Procedimentos básicos da terminologia – as fontes	37
Capítulo III Procedimentos da pesquisa pontual	47
Capítulo IV Procedimentos da pesquisa temática	59
Capítulo V O registo de dados terminológicos	73
Capítulo VI Caminhos alternativos para a pesquisa terminológica bilingüe	91
Referências bibliográficas	101

APRESENTAÇÃO

A série Cadernos de Terminologia, publicação do CITRAT (Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia), chega ao seu segundo número.

Esta série corresponde, cronologicamente, à terceira publicação apresentada pelo CITRAT. A revista *TradTerm*, de caráter anual, tem como objetivo acolher trabalhos de pesquisadores e de profissionais vinculados à tradução e à terminologia. O *Boletim do CITRAT*, visando a preencher uma lacuna nessas duas áreas, procura contribuir para o intercâmbio ágil de informações a respeito de pesquisas em andamento, de eventos e de experiências concernentes às atividades terminológicas e tradutológicas. Complementando essas duas publicações, Cadernos de Terminologia pretende divulgar trabalhos teórico-metodológicos, e também práticos, que tenham como objeto de análise a terminologia de caráter mono-, bi- e plurilíngue.

Neste segundo número, a publicação Cadernos de Terminologia apresenta o trabalho *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe*. De autoria do Prof. Dr. Francis Aubert, professor titular junto ao Depto. de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, o trabalho é, como enfatiza o autor, fruto de sua atuação didática e de sua pesquisa, constante e sistemática, no âmbito do Curso de Especialização em Tradução ministrado na referida faculdade.

“Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe” retrata, assim, de forma didática e bastante clara, as reflexões do autor a respeito de duas disciplinas que, embora distintas em relação ao caráter epistemológico e ao objeto de estudo, freqüentemente vêm

seus caminhos cruzarem-se no momento do trabalho prático: a tradução e a terminologia.

De caráter multidisciplinar, a terminologia estabelece, com a tradução, relações extremamente íntimas, pois, no exercício de suas atividades, tradutores de textos técnico-científicos necessitam consultar trabalhos resultantes da prática terminológica, sejam eles mono-, bi- ou mesmo plurilíngues: glossários, dicionários terminológicos, bases de dados terminológicos, entre outros produtos.

Nem sempre, no entanto, esses trabalhos terminológicos estão disponíveis no mercado. Se algumas áreas – sobretudo as relativas às tecnologias de ponta – dispõem de mais obras publicadas, é certo que nem sempre esses trabalhos são elaborados com uma metodologia adequada. Desse modo, as lacunas existentes em relação a várias áreas e sub-áreas, além de tornarem mais árdua e penosa a tarefa tradutológica, conduzem, inevitavelmente, a uma proliferação de termos, pois um tradutor vê-se levado a tomar decisões pessoais (criando um termo vernáculo, adaptando-o ou adotando o termo estrangeiro), nem sempre coincidentes com as de outros tradutores ou de outros profissionais da subárea analisada.

Expondo, assim, os vários momentos em que se cruzam os caminhos da terminologia e da tradução, o trabalho “Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngue” é apresentado em seis capítulos, antecedidos de uma introdução. Nesta, o autor apresenta toda a problemática que envolve o trabalho da tradução técnica em suas relações com a terminologia. No primeiro capítulo, Francis Aubert define terminologia, conceito polissêmico, e mostra os limites dessa disciplina frente a outras disciplinas conexas, como a lexicologia, a lexicografia, a semântica. Enfatiza, nos três capítulos seguintes, os procedimentos básicos do trabalho terminológico: as fontes, a pesquisa pontual e a pesquisa temática. O quinto capítulo é dedicado à sistematização dos procedimentos de registro dos dados terminológicos, tendo em vista a possibilidade de intercâmbio entre os pesquisadores e os produtos de suas pesquisas e ainda a integração desses trabalhos em grandes bancos de dados terminológicos. Por último, no sexto capítulo, o autor apresenta algumas outras possibi-

lidades de pesquisa terminológica bilíngüe, baseadas na compilação de dados em materiais lexicográficos já existentes. A publicação oferece, portanto, um painel representativo das distintas etapas do trabalho terminológico.

Assim, ao contribuir, muito oportunamente, para a apresentação da metodologia da pesquisa terminológica de caráter bilíngüe, este trabalho contempla também a metodologia relativa a trabalhos terminológicos monolíngües, indispensáveis para a busca dos equivalentes nos trabalhos bilíngües ou plurilíngües. E, por preencher essas lacunas, “Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilíngüe” constitui obra de consulta indispensável a todos os que desenvolvem trabalhos em tradução e em terminologia.

Ieda Maria Alves

INTRODUÇÃO¹

Os estudos terminológicos e os estudos da tradução constituem disciplinas autônomas entre si. A *terminologia*, enquanto campo de investigação, entretém relações estreitas com a lexicologia, a lexicografia e a semântica, embora não se confunda com estas nem constitua simplesmente uma subárea das mesmas, e seu estatuto de área de aplicação da lingüística e/ou da sociolingüística parece inquestionável. A *tradutologia*, por sua vez, tem por objetivo a análise de um fenômeno complexo, ao mesmo tempo lingüístico, sociocultural, histórico, estético, político e individual. Deste modo, a tradutologia extravasa os limites da lingüística ou da literatura comparada (que constituem, historicamente, suas duas matrizes teóricas iniciais) e tende a confundir-se, em múltiplos aspectos, com o percurso e a aventura do Homem, enquanto ser cultural, necessitando, para seu adequado enquadramento, do recurso a todo o conjunto das ciências deste mesmo Homem.²

¹ Uma primeira versão desta introdução foi elaborada pelo autor como prova escrita para o concurso de livre-docência na área de Estudos Tradutológicos, FFLCH/USP, em dezembro de 1991. Em uma segunda versão, este texto foi publicado na *Revista Alfa*, n. 36, UNESP, 1992, sob o título “Problemas e urgências na inter-relação terminologia/tradução”. Na presente versão, além de pequenas alterações de natureza estilística, acrescentaram-se as considerações específicas sobre o papel da língua inglesa como um *tertius* terminológico e tradutológico.

² A distinção aqui proposta é confessadamente de natureza mais didática do que essencial. A terminologia, embora focalize subconjuntos restritos do léxico de cada idioma, precisamente por tratar-se de uma disciplina lingüística contém, em si, ainda que de forma menos evidente do que a teoria e a prática tradutórias, aspectos que remetem à pragmática, à antropologia, às culturas. Como transpa-

No entanto, se, na sua epistemologia e no seu objeto de estudos, a terminologia e a tradução abarcam e se conduzem por caminhos distintos, no *fazer* tradutório bem como no *fazer* terminológico esses mesmos caminhos se cruzam e se entrecruzam. Com efeito, como afirma Galinski (1985), “*translators are probably the largest identifiable individual user group for terminologies[...]*” Ou seja, os tradutores profissionais apresentam-se como um dos principais grupos de usuários finais dos produtos da pesquisa terminológica (glossários, dicionários técnicos, bases de dados terminológicos etc.). Nessa perspectiva, cabe aos estudos terminológicos gerarem esses produtos, com base em metodologias adequadas, proporcionando recursos confiáveis para o exercício da tarefa tradutória.

Mas as relações tradução/terminologia não se estabelecem, na realidade cotidiana, de maneira tão simples, direta e unidirecional. A tradução – mesmo limitando as presentes considerações à sua modalidade *interlingual*, no sentido de Jakobson (1969) – é tão antiga como os primeiros contactos entre povos de línguas distintas. A terminologia, entendida como estudo descritivo e sistematizador (padronizador) dos vocabulários das línguas de especialidade, constitui área de estudos relativamente recente e a produção de materiais terminológicos, particularmente em forma bilíngüe, é ainda, em muitos domínios, apenas incipiente.³ Dispõe, é verdade, de uma gama de metodologias testadas e cujos frutos parecem indicar a sua adequação. Mas, como se procurará caracterizar no que segue, as dimensões, a complexidade e a urgência das tarefas a serem executadas podem exigir a adoção – ainda que temporária – de caminhos alternativos, de atalhos, mesmo que precários.

Com efeito, a contribuição da terminologia descritiva à prática tradutória constitui, ainda, um projeto em curso e, nesse contexto,

recerá mais adiante, mesmo a terminologia técnico-científica não é infensa às “refrações” de ordem cultural, de visão-de-mundo (vide, também, Azenha, 1994).

³ Embora a reflexão ora apresentada tenha como pano de fundo a percepção e a vivência dos problemas terminológicos colocados para a tradução de/para a língua portuguesa, particularmente na sua variante brasileira, ela se aplica, *mutatis mutandis*, a qualquer outra constelação lingüística.

a relação entre as áreas nem sempre se dá de maneira benéfica, quer para a tradução, enquanto usuária da terminologia, quer para a própria terminologia.

Nota-se, de imediato, nos materiais terminológicos disponíveis, a existência de sensíveis lacunas na descrição do uso mono- e bilíngüe, que afetam determinados idiomas como um todo ou, mesmo em situações mais favoráveis, determinadas áreas do saber e do fazer, lacunas essas que prejudicam o exercício adequado da tarefa tradutória de e/ou para determinadas línguas ou entre determinados pares de línguas. Em termos monolíngües, a falta de descrições e sistematizações mais exaustivas e validadas pelos usuários tende a gerar a proliferação de termos, por meio de soluções *ad hoc* variáveis de usuário para usuário (especialista ou não), de entidade para entidade, de região para região, resultando, ao final, em um verdadeiro emaranhado de *dialetos de especialidade*, para os quais os estudos dialetológicos ainda estão a dever uma maior atenção. Assim, por exemplo, o Conselho Nacional do Carvão do Reino Unido constatou que, dos 400 termos técnicos utilizados na Inglaterra para os objetos, ferramentas, profissões e processos da extração do carvão pertinentes da boca da mina para dentro, 300 são supérfluos, enquanto reduplicações, sinônimos e parassinônimos dos 100 termos básicos que, idealmente, dariam conta da realidade a ser denominada (Pinchuck, 1977). Os diversos usuários da língua francesa dispõem de 14 termos diferentes para designar a prateleira de ovos de uma geladeira de uso doméstico.⁴ E, para trazer a questão para nossa própria realidade, a julgar pelos classificados dos jornais, impera uma certa vaguidão de conceitos no setor imobiliário, entre “terreno”, “chácara”, “sítio” e “fazenda”.

As conseqüências práticas de tal estado de coisas para a tradução e, mais particularmente, para o tradutor, são variadas. Gera-se a necessidade suplementar de adquirir, para além de um conhecimento terminológico básico, um certo domínio dos seus principais dialetos e registros. Requer-se, o que nem sempre é factível, a identifica-

⁴ Apud R. Dubuc, depoimento pessoal (1987).

ção mais precisa do subgrupo de destinatários mais diretamente visados, para a adequação dialetal do texto. E reduz-se, por vezes sensivelmente, a fiabilidade da sempre recomendada consulta ao especialista, pois o consultor a que o tradutor tiver acesso pode não compartilhar das preferências terminológicas dialetais dos efetivos destinatários da tradução em pauta.

As lacunas e inadequações dos materiais terminológicos bilíngües, por sua vez, são de pelo menos duas naturezas distintas. Em um primeiro aspecto, constata-se a existência, nas relações científicas, tecnológicas e culturais interpovos, de binômios mais ou menos privilegiados, isto é, de contactos mais ou menos intensos que justificam, ou, pelo menos, explicam, a existência de uma razoável quantidade de materiais terminológicos para a relação inglês ↔ francês, francês ↔ italiano, espanhol ↔ inglês, e similares e, inversamente, uma franca pauperidade para relações que envolvam, em um de seus pólos, idiomas que não compartilham de tais relações privilegiadas, como é o caso da língua portuguesa, por exemplo. Acresce, aqui, que os materiais disponíveis freqüentemente se concentram em uma determinada direção tradutória (por exemplo, a relação inglês → português em detrimento da relação inversa português → inglês), nem sempre espelhando, nessa discrepância, uma correlação efetiva com a real demanda por informações terminológicas confiáveis.

Um segundo aspecto problemático que cabe ressaltar prende-se ao fato de que, ao contrário do que não apenas o leigo mas, certamente, a maioria dos seus próprios usuários imagina, as línguas de especialidade não usufruem de qualquer privilégio em relação à linguagem dita “comum” em termos de biunivocidade, quer na relação *noção/termo* (ou seja, significado/significante) quer na relação *termo da língua X / termo da língua Y*: em primeiro lugar, porque o conceito de *línguas de especialidade* refere-se não apenas ao léxico específico das tecnologias ditas “de ponta” mas a todo domínio do fazer humano, englobando, portanto, atividades domésticas como o artesanato, culinária, áreas por definição específicas de cada corpo político (direito e jurisprudência) etc., etc. cada qual, a seu modo, portadora de fortes marcadores culturais, individualizadores inter-

intra-lingualmente; em segundo lugar, porque nem mesmo nas referidas tecnologias de ponta, a “universalidade” conceptual e, eventualmente, designativa, constitui uma norma geral. Aqui, como em qualquer outro tipo de discurso, variam as visões-de-mundo e variam os referentes: a fibra de vidro, embora de idêntica composição físico-química, não tem as mesmas aplicações em um país tropical e em um país subpolar; o aparelho eletrônico de última geração não será configurado da mesma maneira em um país com tensão elétrica uniforme e constante e em outro com tensão elétrica variável e inconstante.

Da sobreposição desses dois aspectos adquire-se, ainda, a percepção de que os graus de dizibilidade interlingual não são equivalentes, ou seja, não independem da direção tradutória. Em uma relação lingüística, cultural, tecnológica, econômica e política entre duas partes em que as correlações de forças não são equilibradas, percebe-se, claramente, a possibilidade maior de “dizer” a alteridade da parte mais forte dentro do contexto lingüístico-cultural da parte mais fraca, e a possibilidade sensivelmente menor na direção inversa. Esse fato manifesta-se, por exemplo, na utilização relativamente comum de *empréstimos* (isto é, de termos mantidos em sua forma lingüística original) na tradução técnica do inglês para o português, como substitutivo aceitável, para o usuário final do texto traduzido, do equivalente vernáculo, desconhecido do tradutor ou, mesmo, efetivamente inexistente, enquanto que a aplicação do mesmo recurso no sentido inverso (português → inglês) apresenta uma incidência menor e, quando utilizado, será portador de uma outra intenção comunicativa (indicação de peculiaridade cultural, “exotismo” e similares).

A esse propósito, há um outro elemento a considerar: o papel específico da língua inglesa na comunicação global, que, independentemente das vicissitudes geopolíticas e econômicas dos diversos países anglo-saxônicos, configura-se como o *latim* (para alguns, o *sabir*) das relações internacionais contemporâneas. Com efeito, o inglês deixou de ser “propriedade” exclusiva dos países anglo-saxônicos e ex-colônias. O inglês da interação política, econômica, cultural e técnico-científica é o inglês de todos e de cada um dos

participantes de tal interação, muitos dos quais – certamente a maioria – não têm nele seu “idioma materno”.

Tal fato traz duas conseqüências mais evidentes para a terminologia multilíngüe e para a prática tradutória. De um lado, tende a institucionalizar o processo de “triangulação”, pelo qual o tradutor envolvido em um trabalho entre dois idiomas quaisquer recorre a um terceiro idioma (usualmente o próprio inglês) como ponto de passagem, de contacto, entre a língua de partida (LP) e a língua de chegada (LC). Assim, por exemplo, uma tradução de uma patente norueguesa para o português dificilmente se viabiliza sem recorrer, em vários momentos, a uma dupla consulta terminológica norueguês → inglês + inglês → português. A despeito dos riscos evidentes, decorrentes da inevitável dupla filtragem e das múltiplas cadeias associativas não-coincidentes envolvidas – o que sempre motivou fortes críticas a tal procedimento, não totalmente desconhecido mesmo na área da tradução editorial, quando a língua de partida e/ou de chegada faz parte dos idiomas tidos por exóticos – a perda do caráter nacional do inglês favorece, em um primeiro momento, sua assunção de canal privilegiado para a comunicação interlingual e intercultural. Transforma-se, deste modo, o “mal necessário” em um instrumento efetivo de trabalho.

De outro lado, porém, a generalização do inglês como língua de trabalho internacional contém, em si, o germe de novos riscos. Para manter a analogia com a antiga Roma, o Inglês Vulgar passa, atualmente, pelo mesmo processo de diferenciação que caracterizou o seu antecessor no mesmo papel, o Latim Vulgar. Com efeito, já não se trata mais de mero chiste falar de um *French English*, de um *Brazilian English* etc., ao lado de um *Indian English*, *Carribbean English*, *Australian English* e outros tantos, mas de uma evidente realidade, os termos do inglês universalizado assumindo, em cada espaço cultural, valores próprios que se contrapõem à própria universalização pretendida.⁵ Subsistem pois, ainda que sob novas facetas,

⁵ Assim, por exemplo, o termo *marketing*, inserido em um texto em português brasileiro (por exemplo, na composição *propaganda e marketing*), não tem a mesma extensão de sentido do termo homógrafo em inglês.

os riscos à intercomunicabilidade, talvez mais graves porque de certo modo mais eficientemente mascarados. E justificam-se, até com maior ênfase, os trabalhos de terminologia descritiva bilíngüe que permitam efetuar a comunicação interlingual de forma direta, isto é, sem recorrer ao *tertius* inglês.

Já na sua vertente sistematizadora (ou padronizadora) a terminologia esbarra, novamente, na constatação de que as línguas de especialidade, como qualquer outro registro de qualquer idioma, compartilham da natureza multifacetada e permanentemente variável das línguas, no tempo e no espaço. Essa variação decorre não apenas de modismos, da criação simultânea de objetos e processos, da por vezes algo inadequada capacitação lingüística daqueles que, na pesquisa, na indústria, no comércio e em qualquer outra atividade humana exercem o papel de “denominadores” das novas noções e conceitos, mas, o que talvez seja de natureza mais essencial para a questão aqui discutida, do fato de que a comunidade dos usuários dos jargões não é monoliticamente constituída, não é social e culturalmente uniforme. Pelo contrário, constituem esses participantes sociais e lingüísticos subgrupos com pressupostos, intenções e motivações bastante distintas, o que, cedo ou tarde, acaba por conduzir a expressões lingüísticas diversificadas que retratam tal diferenciação. Afora algumas poucas áreas privilegiadas de relativo consenso⁶ (sistema métrico universal, terminologia básica da química, uso de raízes e afixos gregos na terminologia médica) é efetivamente inviável insistir em obter um comportamento terminológico⁷ idêntico do engenheiro de projetos, do operário da linha de montagem, do publicitário e do vendedor, do funcionário da oficina ou centro de assistência técnica, autorizada ou não, do usuário final do produto. Assim, o

⁶ Mesmo nestas, insista-se, o consenso é relativo. Ainda que o modelo básico do sistema métrico universal seja, por definição, idêntico de país a país, em situação efetiva de uso, as flutuações são inúmeras. O que no Brasil o consumidor adquire por mililitros e por gramas em outras paragens é adquirido por decilitros e por hectogramas, por exemplo. Nem a boa e velha aritmética escapa destas flutuações: nos países escandinavos, o sinal + indica subtração e não divisão.

⁷ Parte integrante do comportamento verbal como um todo.

esforço de padronização terminológica que não levar esse dado sociolingüístico em devida consideração – e, ao menos no caso brasileiro, essa parece ser a situação – correrá o risco de cair no vazio, de tornar-se letra morta.

Depreende-se, do que precede, que a situação das terminologias, em termos de sua adequada descrição e sistematização, ainda está longe de ter atingido níveis satisfatórios. Depreende-se, ainda, que as variáveis algo complexas envolvidas tornam a tarefa dos estudos terminológicos um processo a ser conduzido a longo prazo. E, no entanto, percebe-se, igualmente, a sua urgência.

De fato, a ausência de estudos terminológicos descritivos e sistematizadores em número e grau de confiabilidade suficientes torna o operador do ato tradutório um fator – ainda que involuntário – de incremento da situação caótica, da proliferação desordenada das terminologias. Como sugere Hoof (1982), diante das lacunas, das informações desencontradas, o tradutor, muitas vezes leigo no domínio referencial do texto que traduz,⁸ vê-se compelido à improvisação, a produzir uma *interlíngua* terminológica, que nem sempre desloca mas, apenas, acrescenta-se ao uso terminológico anteriormente existente.⁹

Diante desta realidade, o presente trabalho, fruto da atuação didática e de pesquisa do autor desenvolvida no âmbito do Curso de Especialização em Tradução da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pretende propor metodologias e abordagens que permitam, tanto ao estudioso da tradução e/ou da terminologia quanto aos seus praticantes, a elaboração de materiais terminológicos monolíngües e, particularmente, bilíngües com relativa segurança e com resultados suficientemente fidedignos para proporcionarem instrumentos de trabalho que neutra-

⁸ Conforme deixa a entender Hoof, esse problema não é característico apenas de sociedades ditas “em desenvolvimento”.

⁹ Na vivência do autor, essa improvisação nem sempre se dá apenas como “disfarce” de uma efetiva incompetência mas chega a ser solicitada, estimulada pelos receptores do texto traduzido.

lizem, ao menos em parte, a aludida situação de caos e confusão que os usuários da tradução técnica e os usuários das diversas linguagens de especialidade enfrentam em suas atividades cotidianas.

* * *

Embora já incipientes em anos anteriores, os estudos terminológicos na Universidade de São Paulo conheceram um impulso mais efetivo após a realização de um Curso de Atualização, ministrado pelo terminólogo canadense Robert Dubuc, em 1987, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Apesar de constantes atualizações e adaptações à realidade terminológica brasileira, inclusive às conseqüências metodológicas de tal realidade, o presente texto inspira-se, em grande parte, no roteiro proposto no livro de Dubuc, *Manuel Practique de Terminologie*. Registro, aqui, a dívida para com a referida obra, que o presente trabalho de forma alguma substitui, mas, talvez, possa pretender complementar (ou aclimatar), em alguns aspectos pertinentes.

Francis Henrik Aubert

CAPÍTULO I

CONCEITUAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERMINOLOGIA

1. Generalidades

Os progressos em todos os campos e setores de atividade humana, inclusive a disseminação de conhecimentos e de tecnologias, dependem, em grande medida, da existência de terminologias adequadamente construídas em todas as línguas de e para as quais se pretenda efetuar uma transferência de conhecimentos e de tecnologia.

Observa-se, com efeito, uma crescente necessidade de maior precisão no trabalho terminológico, visto que as terminologias constituem a base de:

a – o ordenamento do conhecimento (ou seja, a classificação conceptual de cada disciplina científica ou ramo de atividade humana);

b – a transferência de conhecimentos e de *know-how* tecnológico;

c – a formulação e disseminação de informações especializadas (redação e publicação científicas);

d – a transferência de textos científicos para outros idiomas (pela tradução e pela interpretação);

e – a armazenagem e recuperação de informação especializada (por meio de linguagens de busca, *tesauri*, índices, classificações, inclusive bancos de dados eletrônicos).

O número relativamente reduzido de pesquisadores brasileiros ativamente engajados na área e sua dispersão em métodos, abordagens e procedimentos distintos constituem circunstâncias que se contrapõem à imensidão das necessidades sociais no âmbito da terminologia. De fato, são facilmente detectáveis, nos universos acadêmico e profissional, situações caóticas na nomenclatura dos objetos, conceitos e processos do *saber* e do *fazer*, situações essas que contribuem, de maneira acentuada, ao travamento e à geração de ruído na comunicação, resultando em distorções que têm, potencial e efetivamente, um elevado custo representado por desperdícios no processo de transmissão do conhecimento, tanto entre os interlocutores locais quanto nas relações comunicativas internacionais. A tal configuração acrescenta-se uma nova necessidade, de natureza não apenas lingüística mas, fundamentalmente, política, decorrente da adesão de Portugal à União Européia. Um dos resultados desta integração européia, envolvendo um país de língua portuguesa, poderá ser o estabelecimento de relações de equivalência terminológica entre esta língua e as demais línguas européias com base na norma lusitana. O fato de tal estabelecimento de equivalências dar-se no âmbito dos sistemas informatizados de tradução e terminologia organizados e empregados pelos organismos supranacionais da Comunidade Européia acabará, previsivelmente, por assegurar sua ampla difusão, dificultando, ainda mais, a interação entre essas línguas e o português do Brasil.

2. Os conceitos de terminologia

2.1 Terminologia-objeto e terminologia-instrumento

O conceito de *terminologia* recobre pelo menos duas acepções divergentes, que incumbe desde já distinguir. De um lado, pode referir-se ao conjunto de termos característicos de determinada área ou subárea – a terminologia da Química, a terminologia da Química Industrial, a terminologia do Futebol. De outro, pode designar o es-

tudo de tais terminologias, o conjunto de pressupostos, métodos e representações que permitem a descrição das linguagens ditas *de especialidade*.¹ Será nesta segunda acepção que o termo virá empregado neste trabalho, reservando-se para o primeiro sentido os designativos *vocabulário* ou *linguagem de especialidade*. No primeiro caso, trata-se da *terminologia-objeto*; no segundo, da *terminologia-instrumento*.

Observa-se, com efeito, que em cada setor de atividade humana, profissional ou não, ocorre a necessidade de gerar e nomear conceitos e noções específicas da atividade e desenvolvem-se hábitos lingüísticos próprios, por vezes idiossincráticos, que, em conjunto, tipificam o que com certa freqüência, embora algo impropriamente, se designa por *jargão*.

Tais jargões, ou linguagens de especialidade, são observáveis como parte integrante do comportamento lingüístico do Homem no exercício de qualquer atividade, desde a industrial e científica até a artesanal e doméstica. Por linguagem de especialidade entende-se, genericamente, o conjunto de marcas lexicais, sintáticas, estilísticas e discursivas que tipificam o uso de um código lingüístico qualquer em ambiente de interação social centrado em uma determinada atividade humana. Nestes termos, a terminologia, enquanto instrumento descritivo, tem por objeto de estudo um dos componentes essenciais das chamadas linguagens de especialidade: o seu léxico.

2.2 A especificidade da terminologia frente à lexicografia

2.2.1 Natureza

Em vista do que foi exposto no item anterior, a terminologia aparenta constituir uma subdivisão da lexicografia. Com efeito, ambas essas disciplinas têm por objeto o componente lexical e dos esforços tanto da terminologia quanto da lexicografia resultam materiais de

¹ Do inglês *Language for Special Purposes* (LSP).

consulta bastante similares em sua designação: vocabulários, glosários e dicionários.

Por sua natureza, a terminologia e a lexicografia são disciplinas estreitamente aparentadas. Ambas constituem “práticas” cuja matéria-prima são as palavras. No entanto, se observarmos mais de perto essas duas práticas, ficam também evidentes as suas características específicas, que as individualizam.

Trata-se, aqui, primordialmente, de uma questão de ponto-de-vista. A lexicografia considera as palavras enquanto parte do léxico, ou seja, como fazendo parte do conjunto de unidades de que uma determinada comunidade dispõe para se comunicar por intermédio da língua. Já a terminologia considera as palavras enquanto um conjunto delimitado por uma situação concreta de utilização.

2.2.2 Situação

Deste modo, a terminologia evita em grande parte os problemas da lexicografia, que tem por tarefa dar conta do léxico da língua como um todo. Em terminologia, a *situação* é sempre dominante. Não se trata, portanto, de atingir a universalidade; o que se faz necessário é identificar o conteúdo conceptual específico da situação em que a palavra encontra-se integrada. É constatação empiricamente fácil de se fazer que cada palavra assume como que uma coloração especial no seu emprego em situação. Este conteúdo nocional “conotado” pela situação é de importância para o terminólogo. A terminologia visa a dar do vocabulário que investiga uma imagem real, não virtual.

Visto deste modo, não deve ser difícil perceber que a terminologia tenderia, ao menos em sua essência primeira,² à denominação,

² Esta distinção, entre um procedimento *semasiológico* e um procedimento *onomasiológico*, é freqüentemente utilizada na bibliografia (vide, por exemplo, Dubuc, 1978) como o principal traço distintivo lexicologia/terminologia. Na realidade, a distinção se sustenta somente na gênese terminológica, ou seja, no

isto é, parte da apreensão nocional para identificar a designação do conceito apreendido. Já a lexicografia procede, sistematicamente, em sentido inverso, buscando as definições dos signos identificados.

2.2.3 A situação não se limita à realidade extra-lingüística

No discurso teórico-metodológico da terminologia, observa-se, por vezes, uma tendência a confundir a situação de uso com a situação extra-lingüística (das coisas a serem nomeadas), o que induz ao pressuposto de que é essa situação extra-lingüística que estrutura o vocabulário de especialidade, pressuposto esse que deriva, é evidente, do entendimento da terminologia como sendo de caráter eminentemente onomasiológico. Justifica-se, deste modo, a postura normativista dos estudos terminológicos.

A observação empírica das línguas de especialidade, particularmente em seus confrontos bilíngües e multilíngües, no entanto, sugere ser essa uma caracterização muito restritiva do conceito de situação, e, mesmo, dos conceitos de língua e de linguagem, que evoca, em alguns aspectos, o conceito “ingênuo” de língua, como mero reflexo da realidade tangível e não o que efetivamente é, o constituidor privilegiado (ainda que não exclusivo) da percepção da realidade (tangível ou intangível). A situação de uso, na terminologia descritiva que aqui se propugna, engloba a realidade percebida (e, portanto, pré-moldada lingüística e antropologicamente) e a prática lingüística dos usuários da língua de especialidade, sem descartar suas eventuais incongruências “lógicas”, suas marcas culturais, regionais e socioletais, suas idiossincrasias, reduplicações sinônimas, as relações sociais e hierárquicas entre os diversos usuários etc., etc.

momento da criação do termo ou da propositura de uma solução neológica para um problema específico de designação, típicos da “abordagem pontual” (vide adiante, Cap. III). Na abordagem temática (vide adiante, Cap. IV), bem como na terminologia bi- e multilíngüe, a distinção é bem menos clara, ocorrendo freqüentes inversões de prioridade no procedimento básico, condutor e deixando portanto, de constituir traço distintivo pertinente.

Assim, por exemplo, o conceito de *saneamento* aplica-se, no português brasileiro, tanto à Engenharia Ambiental como um todo como, especificamente, ao Tratamento de Efluentes. Já em francês, o termo equivalente *assainissement* somente é utilizado no contexto específico de coleta de águas servidas (esgotos), isto é, a uma parte do Tratamento de Efluentes que, em português (mas não em francês), inclui as águas pluviais. Em francês, não faz sentido “sanear” o ambiente, mas, tão somente, “administrar” ou “acomodar” (*aménager*).³

Deste modo, se há uma estruturação, esta se dá a partir de todo esse complexo de variáveis, lingüísticas e extra-lingüísticas, e não apenas de uma realidade extra-lingüística “divorciada” da linguagem. Esta não apenas a representa ou a reflete, mas, de certo modo, a institui.

2.2.4 Metodologia de trabalho

2.2.4.1 Seleção dos termos

Em função da orientação específica da terminologia, a seleção dos termos que constituirão o objeto de seu estudo não será conduzida da mesma forma que para a elaboração de um dicionário geral da língua.

Para a terminologia, trata-se de determinar, em um primeiro momento, se o termo pertence ao vocabulário da área estudada e ao quadro definido para a pesquisa. Uma investigação focalizando o vocabulário da indústria metalúrgica reunirá os termos que, na situação de pesquisa, referem-se a esse setor, ou a um aspecto restrito do mesmo, ou, ainda, a disciplinas vinculadas à mesma.

Na ótica do lexicógrafo, a seleção será efetuada em função do valor semântico dos termos. Quanto mais rico for o conteúdo se-

³ Devo o exemplo a Déa (1996).

mântico do termo, maior o seu interesse. A lexicografia procura apresentar um perfil completo do termo. A palavra é interessante em função de seu sentido, e o domínio de sua aplicação passa a segundo plano.

Assim, na série

ferro de passar, ferro de soldar, ferro de verruma

o lexicógrafo terá sua atenção chamada pelo sentido da palavra *ferro* em cada um desses sintagmas. O terminólogo somente se interessará por um ou mais desses termos na medida em que puder identificá-los como etiquetas para uma determinada realidade a ser denominada.

2.2.4.2 Identificação das unidades lexicais e terminológicas

A abordagem aqui proposta conduz a uma distinção entre *unidade terminológica* e *unidade lexical*. A unidade terminológica estando vinculada à necessidade de exprimir as realidades específicas de uma técnica ou de uma ciência, numa situação concreta de funcionamento, englobará, muito freqüentemente, mais de uma unidade lexical (isto é, mais de uma palavra), constituindo uma forma sintagmática e o próprio sintagma será não raro menos lexicalizado do que as chamadas “palavras compostas”.

Observe-se, no entanto, que haverá sempre um certo nível de lexicalização. Não seria cabível considerar uma construção do tipo

elemento propulsor para embarcações de baixo calado

como uma unidade terminológica, configurando, antes, uma definição do que um elemento de vocabulário.

2.2.4.3 Análise

A análise faz parte integrante da investigação terminológica tanto quanto da lexicográfica, mas o seu encaminhamento percorre vias bastante diversas. A análise lexicográfica propõe-se delimitar a superfície nocional de um termo, identificar todos os seus sentidos, de modo a estabelecer o seu “perfil semântico”, tendente a apresentar-se bastante complexo e multifacetado. O processo todo da análise resulta na elaboração de uma definição, que deve ser semanticamente equivalente à unidade estudada. Nesta perspectiva, o exemplo não passa de uma ilustração da definição.

Para a terminologia, a etapa de análise visa permitir preencher semanticamente os termos identificados na etapa do levantamento ou, inversamente, designar com um termo os conteúdos nocionais identificados como unitários. É a situação que interessa ao terminólogo. É a situação que identifica o domínio de utilização do termo, as modalidades e condições de seu emprego. É a situação que fornecerá os elementos nocionais que permitem associar à designação um conteúdo semântico apropriado, quer para encontrar um correspondente em outra língua, quer para proporcionar a denominação adequada do “objeto” a ser nomeado. Na ausência de traços concretos precisos, a situação fornecerá co-ocorrências reveladoras do contexto do termo estudado.

O processo analítico da terminologia visa, pois, a identificação de um conteúdo nocional ou, na falta deste, de uma utilização funcional. Mais importante do que definir – é discutível se a definição é tarefa do terminólogo ou do especialista de assunto – é identificar os traços semânticos mais pertinentes: natureza – “como é”; finalidade – “para que serve”; função – “como funciona”; material – “do que é feito”; ou, ainda, os empregos característicos, os torneios de frase específicos do vocabulário empregado na situação em estudo.⁴

⁴ Para uma discussão mais ampla sobre o problema da definição em terminologia, vide, entre outros, Dubuc, 1985, e Sager, 1990.

Para o terminólogo, o contexto não constitui mera ilustração de uma definição inferida a partir de um grande número de contextos exaustivamente coligidos, e sim o veículo dos traços semânticos característicos que permitem associar termo e conceito em uma situação precisa.

Em conseqüência, a *unidade de informação* é também diferente: enquanto para a lexicografia é o *verbo de dicionário*, para a terminologia é a *ficha terminológica*. E, para o especialista chamado a definir ou a padronizar os termos de sua área de conhecimento, as fichas terminológicas constituirão, em conjunto, um dossiê de embasamento para a sua intervenção.

2.2.4.4 A unidade de informação

Como ficou sugerido, o verbo de dicionário visa reconstituir o perfil semântico da unidade lexical. O verbo é formulado de acordo com uma certa estratégia pedagógica: pretende ensinar ao leitor o(s) sentido(s) da palavra. A definição constitui, assim, componente essencial do verbo, ao qual se acrescentam, conforme o caso, observações de ordem gramatical, etimológica etc. Os sentidos definidos são hierarquizados, segundo critérios históricos, lógicos ou, por vezes, de freqüência. Os exemplos fornecidos ilustram os diversos sentidos. O próprio verbo é construído em torno da palavra-chave, no caso de lexias compostas e complexas. Em síntese, a unidade de informação lexicográfica é sintética, descritiva e pedagógica.

Já a ficha terminológica constitui uma constatação do uso em situação. A definição não constitui a parte essencial, exceto na medida em que a situação registrada contenha a definição. Fundamenta-se esta ficha sobre um contexto, cujos traços semânticos permitam depreender a relação *significado* (conceito)/*significante* (designação). Cada ficha terminológica constitui um núcleo autônomo e a unidade terminológica (ou termo) vem apresentada em sua ordem sintagmática normal. Cada sintagma aparecerá em ficha própria e, ao menos

idealmente, cada ficha terminológica será monossêmica; ou seja, a cada novo sentido identificado na situação corresponderá uma ficha distinta. A ficha terminológica é, pois, analítica, descritiva.

2.3 A especificidade da terminologia frente à semântica

Em um de seus sentidos mais corriqueiros, a semântica da palavra se afigura como constituindo um estudo geral das relações entre os signos lingüísticos e seus respectivos referentes. O que importa, em primeiro lugar, à semântica é determinar de que modo um dado signo veio a ser associado a um dado referente, ou seja, porque um cobertor é denominado “cobertor”. Há, portanto, uma dimensão diacrônica que é inerente à semântica – embora nem sempre explicitada. Idealmente, ao menos, a semântica busca as origens da palavra, para daí acompanhar os seus caminhos históricos, suas progressivas expansões ou restrições de sentido. Ao final, o percurso semântico se reveste de um aspecto sincrônico, e apresenta o escopo de sentido que o signo assume na atualidade.

Assim, por exemplo:

Comadre (s.f.)

Lat. *cum + mater*

Lat.V. *cummatre*

Sentido original: co-mãe (madrinha em relação à progenitora, ou progenitora em relação à mãe) sentido próprio.

Primeira extensão: mulher fofoqueira (sentido figurado, abstrato).

Segunda extensão: urinol para pacientes que estão impedidos de se levantarem do leito (sentido figurado, concreto).

A abordagem terminológica em relação ao mesmo signo será bastante diversa. Essencialmente preocupada com a situação de comunicação, a terminologia somente se valerá da diacronia de modo incidental, na criação neológica ou na resolução de questões de padronização, por exemplo para decidir se o estudo dos fenômenos prosódicos frasais de uma língua deve ser denominado *intonação*, *entonação* ou *entoação*.⁵ Por sua natureza intrínseca, a terminologia é privilegiadamente sincrônica. Por outro lado, a relação do signo com seus diversos referentes não constitui aspecto relevante para a terminologia.

Assim, para o cientista social, o que interessa é determinar que uma dada relação social, que se estabelece pelo batismo, e que é instituidor ou confirmador de uma relação privilegiada de amizade ou de dependência social entre duas mulheres, torna cada uma dessas mulheres a “comadre” da outra, no seio de um tipo de relação social genericamente rotulada como “compadrio”. Se, por outro lado, o objeto de estudo em pauta é o equipamento hospitalar, notar-se-á que determinado recipiente, com determinado formato e de certa finalidade, é denominado “comadre”. A filiação eventual entre esses dois sentidos não constitui preocupação do terminólogo.

⁵ A aplicar-se o critério diacrônico, a terceira opção deverá ser a preferencial.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS BÁSICOS DA TERMINOLOGIA – AS FONTES

1. Generalidades

Como ficou sugerido anteriormente, a investigação terminológica, em suas etapas primeiras, tende a partir de um problema de *designação* (perspectiva monolíngüe) ou de *estabelecimento de equivalência* (perspectiva bilíngüe).

Na primeira perspectiva, é comum conhecer-se o objeto, o ser, o evento, o processo em pelo menos algumas de suas características básicas (traços conceptuais) e indagar-se a respeito da(s) forma(s) de nomeá-lo. Trata-se, tipicamente, do estabelecimento de uma relação *significado/significante* (ou, no vocabulário da própria terminologia, *conceito/designação*), em que o significado ou componentes substanciais do mesmo são conhecidos, enquanto a determinação do significante correspondente constitui o objetivo da busca, visando compor o signo terminológico, isto é, o *termo*. Alternativamente, conhece-se a área a ser investigada, constituindo meta do trabalho efetuar o levantamento dos termos pertinentes à área em questão, em ambas as facetas dos mesmos.

Na segunda perspectiva, conhece-se o termo em determinada língua ou variante desta e busca-se determinar o termo equivalente (isto é, que mais se aproxime, embora não necessariamente seja coincidente) em outra língua ou variante. Não se trata, simplesmente, de identificar o “rótulo” diferente para a “mesma coisa”, embora alguns dos produtos da lexicografia e da terminologia comparada (dicionários técnicos, glossários) tendam, em sua concepção e feitura,

a estabelecer tal ilusão. Aqui, como na primeira perspectiva, a pedra de toque é o conceito, o significado específico do termo, no âmbito da linguagem de especialidade em pauta e, com base na maior ou menor intersecção entre os respectivos significados observados nas duas línguas ou variantes em confronto, poder-se-á considerar os termos como equivalentes, parcial ou totalmente, ou meros falsos cognatos.

Para empreender as buscas propostas acima, impõe-se optar por procedimentos que assegurem aos resultados uma confiabilidade apropriada. Tais procedimentos incluem, especificamente, a seleção das fontes de consulta, a identificação e segmentação dos termos nestas fontes e a delimitação dos contextos de ocorrência dos termos em questão que proporcionem, mediante definições, explicações ou descrições, o levantamento dos principais traços conceptuais necessários à configuração do conceito recoberta pelo termo.

2. As fontes

Uma questão preliminar diz respeito à qualificação do próprio pesquisador. O terminólogo deveria ser ou deveria tornar-se um especialista de assunto para poder empreender a pesquisa terminológica em determinada área? Pode ou deve ser, ele próprio, uma fonte de consulta pertinente?

Na realidade, embora à primeira vista o terminólogo especialista detenha uma certa vantagem na condução da pesquisa terminológica, a especialização mais aprofundada não é efetivamente necessária ao terminólogo. Na perspectiva metodológica adotada neste trabalho, o terminólogo é, antes de tudo, um praticante de uma metodologia lingüística, desempenhando um papel de assessoria aos usuários dos diversos vocabulários de especialidade. Seu papel não se confunde com o do especialista, e é, mesmo, concebível que o exercício simultâneo de dois papéis – de pesquisador (terminólogo) e de especialista (fonte de informação terminológica) – poderia introdu-

zir um certo viés na elaboração da pesquisa (por exemplo, favorecendo determinada “escola de pensamento”, determinado subjargão institucional etc., vide também item 2.3 abaixo).

A experiência tende a mostrar que basta, inicialmente, adquirir como que um certo “verniz”, isto é, um conhecimento básico, introdutório, equivalente àquele que se obtém pela assimilação dos verbetes pertinentes de uma enciclopédia de grande porte e/ou de obras introdutórias – algo do tipo “Eletrônica para Principiantes” ou “Violão sem Mestre” – para poder dar ponto de partida à pesquisa específica. A partir desta iniciação ao domínio em questão, o contacto com as fontes utilizadas para levantamento dos dados acabará expandindo, ao menos em parte, este conhecimento inicial.

2.1. Seleção das fontes

As fontes primárias para a investigação terminológica podem ser de dois tipos: textos escritos e depoimentos orais. Os textos escritos abarcam uma variada gama de publicações, incluindo obras de divulgação, revistas especializadas, manuais, especificações técnicas e, em determinados casos, vocabulários ou dicionários monolíngües específicos. Os depoimentos orais são geralmente coligidos mediante entrevista com especialistas da atividade cuja terminologia se quer levantar.

Em ambos os casos, impõe-se, de imediato, a determinação da adequação das fontes às necessidades da pesquisa terminológica, o grau de confiabilidade das mesmas e o volume de material a ser utilizado.

2.2. Adequação das fontes

Fontes adequadas para a pesquisa terminológica são aquelas que, além de atenderem aos requisitos da confiabilidade e da

representatividade (vide item 2.3 abaixo), proporcionam a clara identificação da totalidade do termo, não apenas da designação mas, igualmente, do conceito. Não basta, portanto, que a fonte confirme a existência do termo e sua pertinência para o domínio sob investigação; deverá, igualmente, conter expressos os traços conceptuais relevantes para o estabelecimento da relação noção/designação (ou, pelo menos, alguns destes) e suficientes para distinguir o termo em questão dos demais termos da especialidade.

Assim, verifica-se que, com certa freqüência, as chamadas revistas especializadas, voltadas para um público restrito e relativamente homogêneo, são menos apropriadas para a pesquisa terminológica do que se poderia supor à primeira vista. É este o caso típico das diversas revistas de Medicina (mas, menos tipicamente, das revistas de Informática, que tendem a abarcar um universo amplo de leitores, desde o pré-iniciante – o indivíduo que ainda pensa em adquirir seu primeiro microcomputador – até o analista de sistemas), as quais, salvo exceção, somente conterão definições e/ou descrições razoavelmente explicativas dos conceitos que os termos de especialidade recobrem quando da apresentação de uma nova técnica, uma nova abordagem clínica ou terapêutica, e similares, e somente para os termos especificamente designativos de tais novas abordagens. Assim, embora tais materiais possam ser úteis em um estágio preliminar, que vise simplesmente identificar os termos correntes da especialidade e determinar a sua freqüência relativa, não se mostram adequados para a consecução do levantamento terminológico, que terá de buscar textos possivelmente tidos pelos próprios especialistas por mais elementares, introdutórios, mas que, por este mesmo fato, necessariamente contêm as definições, descrições, caracterizações ou explicações de que o terminólogo tem de se valer na organização dos dados a coligir. Impõe-se, portanto, em um estágio preliminar, uma observação longitudinal dos materiais coletados a fim de verificar o grau de explicitação dos termos neles contidos, e, conforme o caso, buscar a sua complementação ou substituição por textos mais ricos em informações conceptuais.

2.3 Confiabilidade das fontes

Uma fonte é tida por confiável na medida em que for representativa dos discursos efetivamente empregados pelos usuários ou por um subgrupo claramente identificável de usuários do domínio sob investigação, ou seja, do uso *corrente* tanto no sentido espacial (abarcado diversas regiões, instituições e/ou grupos socioculturalmente definíveis) quanto temporal (atualidade).

A medição do grau de confiabilidade das fontes constitui, admitidamente, uma operação não isenta de certa subjetividade. Tal subjetividade, no entanto, é passível de controle mediante a aplicação de alguns critérios pragmáticos.

A atualidade da fonte pode ser relativamente bem determinada mediante a verificação da data de publicação (alternativamente, controle da data de entrevista). Assim, em grande parte dos domínios de investigação terminológica, textos publicados ou entrevistas realizadas nos últimos cinco anos podem, *a priori*, ser tidos por confiáveis deste ponto de vista.¹ A representatividade espacial (a abrangência social da linguagem de especialidade utilizada no texto/na entrevista), por sua vez, dependerá de outros fatores, de controle por vezes mais difícil, abrindo margem maior para o arbítrio – e para o risco – do terminólogo. Publicações de entidades representativas (Instituto de Engenharia, Sucesu, Abia, IPT e similares) ou por empresas de grande porte² serão, salvo indicação em contrário pelos especialistas de área, representativos do uso corrente. Já as normas técnicas emitidas por entidades tais como DIN, Ansi, ISO, ABNT e

¹ Evidentemente, há aqui uma certa flutuação, para mais ou para menos. A terminologia do xadrez não apresenta grandes alterações nestes últimos vinte ou trinta anos, justificando, portanto, a inclusão no *corpus* de textos publicados na década de 1960 e 1970. Já a Informática, a Biotecnologia, as ciências ambientais, as telecomunicações e várias outras áreas “de ponta” passam por ritmos evolutivos tão rápidos que certamente um texto de cinco anos já poderá ser tido por datado, revelador de um estado diacrônico claramente distinto do atual.

² Estas, porém, tendem, não raro, a desenvolver um subjargão interno, um dialeto terminológico próprio.

congêneres não são necessariamente representativas do uso efetivo, na medida em que constituem, também no que tange à terminologia empregada, textos de caráter normativo, cuja aceitação e difusão variará de acordo com condicionantes culturais, políticos, sócioeconômicos e outros, de difícil controle ou verificação por parte do terminólogo.

No que tange aos depoimentos verbais, de especialistas, coloca-se, também, aqui, o problema da confiabilidade. Todo tradutor técnico que já teve ocasião de recorrer ao auxílio de mais de um especialista para a solução de problemas terminológicos pontuais sabe que, em assim procedendo, tenderá a receber mais de uma solução. Incumbe, portanto, na pesquisa terminológica que se vale da assessoria de especialistas, verificar a sua representatividade em termos de formação, de anos de experiência, setor e instituição em que atua, eliminando ou mitigando o efeito dos dialetos terminológicos.

À primeira vista, uma das fontes a serem privilegiadas, particularmente na pesquisa terminológica bilíngüe, seria o texto para o qual se dispõe tanto da versão original quanto da tradução. No entanto, cabe aqui ponderar que, se efetivamente a pesquisa terminológica empreendida constitui uma real necessidade dos usuários, tal necessidade deriva da ausência de uma descrição e sistematização terminológicas anterior, inclusive à época de produção da tradução do texto em questão. Assim sendo, a confiabilidade das soluções terminológicas encontradas pelo tradutor e/ou revisor, de resto não asseguradamente especialistas de área ou, se o forem, sem necessariamente disporem da capacitação lingüística suficiente para a propositura de soluções terminológicas, particularmente no que tange à criação neológica, é, no mínimo, algo precária.³

Por outro lado, é forçoso admitir que, no caso específico dos países lusófonos, a produção local de textos com características apropriadas para constituírem fontes primárias de informações terminológicas não é sempre das mais abundantes, em todo e qualquer ramo

³ O presente comentário aplica-se, *mutatis mutandis*, ao uso de textos traduzidos como fonte primária para a terminologia monolíngüe.

da ciência e da tecnologia. O pesquisador pode, assim, ver-se diante da contingência de não dispor de fontes suficientes em língua portuguesa que tenham sido originariamente produzidas nesta língua. Em tais circunstâncias, o recurso a fontes que sejam traduções de outro idioma pode configurar-se como uma última opção, em princípio indesejável mas, no caso, inevitável. Sugere-se, nestes casos, que o terminólogo busque o aval de pelo menos dois especialistas de área, em termos da confiabilidade e da excelência da fonte traduzida.⁴

Outro tipo de fonte possível é constituído dos dicionários monolíngües de especialidade. Caracterizam-se estas obras como produtos de especialistas, contendo, além do termo, a sua definição e, eventualmente, observações quanto à área de aplicação, restrições de uso e demais comentários, bem como citações bibliográficas, correspondendo, em grande medida, a um levantamento terminológico monolíngüe. Suas deficiências manifestam-se no já aludido viés do especialista, além de assumirem um caráter por vezes normativo, que pode não corresponder ao uso efetivo constatável entre os diversos grupos de usuários. Ainda, como toda obra de referência demanda um tempo relativamente longo de confecção e sua atualização constante esbarra nos custos industriais relativamente elevados para um mercado nem sempre amplo, há um forte risco de desatualização. Assim, por exemplo, um dicionário monolíngüe de especialidade publicado em 1991 dificilmente incorporará usos mais atuais do que até 1989 e, em 1996, estará, efetivamente, datado não de cinco mas de sete anos. Dependendo da área em questão (maior ou menor dinamismo da evolução conceptual e/ou tecnológica), um diferencial de tempo de sete anos pode comprometer a validade da fonte em termos de sua atualidade. No entanto, desde que se tenha sempre presente a natureza destes riscos, o dicionário de especialidade pode ser utilizado como instrumento auxiliar e, em circunstâncias específicas (vide

⁴ Casos similares podem ocorrer com traduções “autorizadas”, como, por exemplo, os manuais de *software* disponíveis em diversas línguas e fornecidos juntamente com os respectivos programas. Tais manuais representam a versão oficial da *software house* em questão e, no âmbito limitado do programa em questão, podem vir a determinar e a consagrar o jargão a ser empregado.

Cap.VI), como fonte primária dos levantamentos sistemáticos (pesquisa temática) ou, mais freqüentemente, como uma das fontes primárias dos levantamentos isolados (pesquisa pontual).

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA PONTUAL

1. Generalidades

A investigação terminológica descritiva pode desenvolver-se em duas vertentes: a *pesquisa pontual* e a *pesquisa temática*. A pesquisa terminológica pontual é aquela que visa a solução de problemas isolados de designação, enquanto a pesquisa terminológica temática se propõe efetuar o levantamento do vocabulário terminológico de uma determinada atividade, especialidade, técnica.

2. A pesquisa pontual

A pesquisa pontual, embora se desenvolva num horizonte estreito, particular, tem como vantagem mais evidente proporcionar soluções rápidas para problemas específicos.

Seus procedimentos fundamentais incluem:

- (a) *Diálogo com o cliente*. Como etapa preliminar, incumbe precisar o conceito para a qual se busca uma denominação e deve resultar no levantamento de certos traços conceptuais, precisão da área ou domínio de aplicação e, por vezes, na designação em outra língua.
- (b) *Consulta a dicionários*. Se a questão posta parte de um conceito e de uma designação em outra língua (Língua de Partida – LP), o terminólogo deverá verificar o conceito nos dicionários monolíngües da LP em questão, iniciando o processo com os dicionários gerais e prosseguindo com

os específicos. Tal operação permitirá completar as informações por vezes insuficientes dadas pelo cliente ou, ainda, constatar uma real divergência entre as indicações do cliente e as definições propostas nos dicionários.

- (c) *Consulta a especialista.* Pode fazer-se necessário recorrer a especialista, particularmente para dirimir as dúvidas originadas das disparidades verificadas nas diversas fontes e nas indicações iniciais.
- (d) *Dicionários bilíngües.* Se a designação em LP for conhecida, consultar-se-á os dicionários bilíngües, sempre indo dos genéricos aos específicos (se houver), obrigatoriamente complementando tal consulta com a verificação em dicionários monolíngües da Língua de Chegada (LC), novamente percorrendo o caminho dos genéricos aos específicos.
- (e) *Utilização dos traços conceptuais.* Caso não haja ou se desconheça a designação do termo em LP, ou caso os dicionários bilíngües não ofereçam qualquer pista, parte-se dos traços conceptuais de que se dispõe, escolhe-se os descritores (unitermos), os quais servirão de guia para a seleção dos verbetes a serem consultados em dicionários e em enciclopédias, ou, ainda, em índices remissivos. De resto, o estabelecimento de quadros de traços conceptuais distintos mostra-se constituir instrumento útil para a determinação das possíveis equivalências entre termos, particularmente em situação bilíngüe.
- (f) *Verificação de ocorrência.* Embora nem sempre haja a possibilidade de se verificar a ocorrência da situação encontrada, qualquer indicativo neste sentido servirá como comprovação da pertinência da escolha feita pelo terminólogo.
- (g) *Criação neológica.* Caso todas as tentativas anteriores se mostrem incapazes de proporcionarem a solução desejada, resta, ainda, a possibilidade de proposição neológica, que poderá adotar uma entre várias estratégias disponíveis:
 - (i) importação direta do termo de LP (empréstimo), como em *software* ou *office-boy*;

- (ii) adaptação, desde a ortográfico-lexical, como em *deletar* (na linguagem da informática) ou *alavancar* (no sentido econômico), até a semântico-parafrástica, como em *Corporate Taxpayer Register of the Ministry of Finance* por “CGC/MF”;
- (iii) criação de termo recorrendo aos recursos das línguas clássicas (grego e latim), como é usual na Medicina, na Química, nas ciências da terra etc.
- (iv) criação de termo recorrendo aos recursos do vernáculo, como em *entoação*, em lugar do franco-britânico “intonation”.

Os recursos mais propriamente vernaculares incluem a composição e a derivação, a reconstituição filológica (ou seja, partindo do latim e submetendo o termo às mutações mais prováveis de evolução fonético-fonológica constatáveis na história do idioma), a analogia com campos léxico-semânticos aparentados etc. De qualquer modo, a criação neológica, por parte do terminólogo, constituirá necessariamente apenas uma proposição: suas condições de aceitabilidade são dificilmente controláveis e normalmente serão constatadas apenas *a posteriori*.

Convém observar que o percurso delineado acima sugere uma “ordem de fatores” apropriada numa perspectiva estritamente terminológica. O tradutor profissional, no entanto, que frequentemente se depara com situações em que deverá assumir um papel de pesquisador terminológico, tenderá a adotar uma seqüência diferente, pelas próprias condições de produção¹ de seu produto principal, o texto traduzido. Assim, a necessidade de empreender uma pesquisa terminológica pontual somente se tornará patente após ter percorrido algumas etapas preliminares que, normalmente, têm início no dicioná-

¹ Condições essas que incluem, não infreqüentemente, uma pressão temporal aguda (prazo).

rio bilíngüe de especialidade, passando por dicionários gerais e de especialidade monolíngües, e possivelmente desembocando, após eventual consulta ao cliente/especialista, na criação neológica ou em formas alternativas combinando o empréstimo com a paráfrase etc. Tal inversão não deve ser tida por ilegítima ou menos adequada. Apenas, do ponto de vista terminológico, pode não proporcionar o mesmo grau de segurança.

3. Exemplos de pesquisa pontual

3.1 Exemplo de emprego dos unitermos

Caso se deseje conhecer a denominação do dispositivo fixado no chassi de um veículo de passeio e que serve de ponto de amarração/fixação de um reboque, pode-se definir os domínios pertinentes como compreendendo: veículos automotores, carros de passeio e reboques; a natureza do referente como componente opcional, ferragem; e a finalidade como a acoplagem para rebocamento de veículo não motorizado por veículo automotor.

Com base neste levantamento conceptual, termos tais como veículo, carro de passeio, opcionais, acoplagem, reboque e rebocamento constituirão os termos de referência para empreender a busca em enciclopédias, manuais e documentação especializada (normas, catálogos, especificações técnicas e similares).

3.2 Exemplo de criação neológica por analogia

Evidentemente, as pesquisas nas fontes bibliográficas nem sempre resultam na localização de determinado termo, quer por falta de documentação, quer por inexistência efetiva do termo. Nestes casos, pode caber a propositura de uma criação neológica, fundamentada na analogia com situações similares.

Assim, por exemplo, suponha-se que se queira designar de maneira clara e distintiva a categoria de indivíduos que estão sendo treinados para determinada função em uma empresa ou instituição, mas que não sejam pessoas em vias de formação ou recém-formadas de faculdade ou escola técnica (caso em que a designação consagrada seria “estagiário”), categoria essa que em língua inglesa é designada como a de “trainee”. Pode-se, por analogia com a própria terminologia acadêmica – *graduando*, *mestrando*, *doutorando* – em que a desinência *-ando* indica alguém “em vias de obter determinada habilitação”, propor o termo *treinando*, convertendo o gerúndio verbal em substantivo.

3.3. Exemplo de pesquisa pontual bilíngüe ²

No direito penal franco-canadense, o termo *en probation* aplica-se a uma pessoa culpada de um delito e que se beneficia de um *sursis*, pelo qual ela não chega a cumprir pena de detenção, enquanto o termo *en liberté surveillée* indica alguém já em liberdade após ter cumprido um certo período de tempo encarcerado. Coloca-se o problema de verificar quais as designações equivalentes no direito penal brasileiro.

(a) *Verificação nos dicionários de LP*

Não havendo à disposição dicionários de especialidade na LP, o exame preliminar ficou limitado a dois dicionários gerais: o *Petit Robert* (ed. de 1973) e o *Lexis* (ed. de 1979).

No primeiro, o termo *en probation* foi encontrado somente no sentido religioso. Consta o verbete *liberté* que, em sua segunda acepção, apresenta a seguinte definição:

² Devo parte da elaboração deste exemplo a Isabel Rupaud, tradutora pública do idioma francês.

Situation de qui n'est pas retenu captif (opposé à captivité, emprisonnement). Rendre la liberté a un prisonnier. – Dr. Liberté provisoire, accordée à un individu en état de détention préventive. Liberté sous caution. Liberté surveillée.

No segundo, o termo *en probation* apresenta, em sua terceira acepção, a definição

sursis avec mise à l'épreuve.

Ocorre, ainda, o termo *surveiller*, que, em seu segundo sentido, vem apresentado como segue:

Dr. Liberté surveillée. Situation d'un délinquant qui n'est pas en prison, mais qui doit se présenter régulièrement à la police.

As fontes consultadas não entram em choque com a informação originariamente apresentada; apenas, a precisão de *liberté surveillée* como implicando um certo período anterior de detenção não foi confirmada.

(b) *Verificação nos dicionários gerais de LC*

Dada a relativa transparência entre a língua francesa e a portuguesa, julgou-se desnecessário apelar para os dicionários bilíngües. Passou-se, então, à consulta do *Novo dicionário da língua portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda, edição de 1975. Neste, o verbo *sursis*, já sugerido na LP, apresenta a definição “suspensão condicional da pena” e uma remissão ao verbete *suspensão*.

Sob *suspensão*, localizou-se a expressão *suspensão condicional da pena*, conceituada como

Adiamento da execução de certas penas menos graves impostas a criminosos ou contraventores primários, por medi-

da de política criminal, desde que, em determinado período de tempo, não pratiquem nova infração, e no cabo da qual se dá por extinta a sua punibilidade.

Tal definição parece compatível com os conceitos indicados para *en probation* na LP.

Encontra-se, ainda, no mesmo dicionário, o item *liberdade vigiada*, que aparenta ser a tradução literal de *liberté surveillée*. No entanto, a definição proposta

Medida revogável que consiste na entrega de um menor delinqüente a pessoa ou instituição que, fiscalizada por um delegado do tribunal, se incumbirá da reeducação do menor [...]

não apresenta praticamente qualquer intersecção com os conceitos propostos para *en liberté surveillée*, salvo o fato de pertencerem ambos ao subdomínio do direito penal.

(c) *Verificação nos dicionários específicos de LC*

Consultou-se o *Vocabulário jurídico* de Plácido e Silva (1982), o qual registra, sob o verbete *suspensão da pena*, a seguinte definição:

SUSPENSÃO DA PENA. É a não aplicação da pena, ou a não execução da condenação, quando assiste ao réu a faculdade de requerer e obter semelhante benefício.

A suspensão da condenação, ou da pena, é chamada tecnicamente de *sursis*.

[...]

Como se verifica, o *sursis* bem se distingue do *livramento condicional*, outra espécie de benefício dado ao sentenciado. O *sursis* vem antes da detenção, ou da reclusão. O *livra-*

mento condicional é posterior, indicando-se prêmio pelo exemplar comportamento da condenação. É simplesmente da suspensão condicional da pena.

Já o termo *liberdade vigiada*, a forma aparentemente mais literal de traduzir-se *en liberté surveillée*, aparece no referido *Vocabulário jurídico* definido como segue:

LIBERDADE VIGIADA. Assim se diz respeito da vigilância especial exercida pelas autoridades policiais ou judiciárias, a respeito de certas pessoas, em virtude da qual são as mesmas mantidas em constante observação, a fim de que se anote a conduta tida.

(c) *Consulta a especialista:*

Nenhum.

(d) *Determinação dos traços conceptuais*

	Condenação	Detenção
en probation	+	-
en liberté surveillée	+	+
sursis (fr.)	+	-
sursis (por.)	+	-
suspensão condicional da pena	+	-
livramento condicional	+	+
liberdade vigiada	±	±

(e) *Constatação de uso*

Constatação dos termos *livramento condicional* e *suspensão condicional da pena*, como equivalente a *sursis*, no Código de Penal

brasileiro, respectivamente Art. 77 e 83, e no Código de Processo Penal brasileiro, respectivamente Art. 696 e 710.

(f) *Conclusão*

Confirma-se, desta forma, que as equivalências pertinentes são:

en probation = sursis, suspensão condicional da pena

en liberté surveillée = livramento condicional.

CAPÍTULO IV

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA TEMÁTICA

1. Generalidades

Como ficou dito, a pesquisa terminológica temática propõe-se empreender o levantamento do vocabulário pertinente a uma determinada atividade ou técnica e não a busca de soluções para problemas isolados de designação. Assim, se de um lado requer um investimento maior de recursos e de tempo, dificultando o atendimento às situações mais emergenciais, a pesquisa temática apresenta, de outro, como principal vantagem, a amplitude das informações coligidas, na sua aplicabilidade não apenas à solução de problemas isolados de designação ou de equivalência, mas a todo tipo de problema que possa ocorrer dentro de determinada área ou subárea.

2. Público-alvo e abrangência

Como já se insistiu reiteradas vezes nesta apresentação metodológica, a terminologia descritiva é, primordialmente, uma terminologia situacional. A situação de uso do jargão terminológico compreende diversos aspectos, inclusive, com elevada relevância, aqueles atinentes à variação social. Os usuários de determinado vocabulário de especialidade não constituem, com efeito, um grupo homogêneo. Na área das ciências da saúde, por exemplo, compartilham e se entrecruzam em um espaço nocional já por si multiforme (abordagens alopata, homeopata e práticas naturistas ou alternativas em geral) pesquisadores, médicos e paramédicos, psiquiatras, enfermeiros e assistentes de enfermagem, administradores hospitalares, burocratas

tas do setor público e do setor privado, sanitaristas e voluntários das campanhas de vacinação, farmacêutas, industriais e industriários, vendedores, publicitários, especialistas de marketing e balconistas de drogaria, benzedeiras e médiuns, massagistas e acupunturistas, organizadores de eventos, redatores e jornalistas vinculados à especialidade, profissionais sérios e charlatães, sem esquecer a variada gama de pacientes e as variadas formas de automedicação, cada qual com uma determinada apreensão desta realidade, com históricos individuais e coletivos, competências, crenças, níveis sócioeconômicos e sócio culturais e, em seu contexto específico de atuação, motivações por vezes bastante distintas.

É de se prever que, com tantos e variados participantes, com tantas e variadas motivações, formações e informações, com tantas posturas diversas e mesmo divergentes, os reflexos no uso lingüístico em geral e na linguagem de especialidade em particular serão inevitáveis. Assim, dificilmente poder-se-á pretender satisfazer às necessidades de todos os usuários calcando o levantamento em uma única perspectiva sociolingüística: entre o médico e o balconista de drogaria, entre o pesquisador e o publicitário, os vocabulários encontrar-se-ão em intersecção, não em relação de identidade. O conceito que um denominará “efeito analgésico acelerado” o outro designará como “tomou X [...] a dor sumiu”.

Desta forma, um dos primeiros requisitos para o adequado encaminhamento de uma pesquisa temática consistirá da definição do público-alvo. Este será mais ou menos restrito, mais ou menos ampliado, conforme as circunstâncias e as necessidades percebidas como motivadoras da pesquisa em questão. Ou seja, do ponto de vista teórico-metodológico, não há nada que indique, *a priori*, ser mais conveniente adotar uma abordagem restrita a um ou alguns poucos subjargões correlatos ou, inversamente, ser mais apropriado ampliar o leque até a totalidade dos subjargões pertinentes à área ou domínio em questão. Mas as conseqüências da adoção de uma ou outra postura far-se-ão sentir em toda a seqüência da pesquisa, particularmente no que tange à seleção das fontes e ao registro dos dados.

De certa forma vinculada à determinação do(s) público(s)-alvo está a segunda opção preliminar a ser tomada: a do grau de abrangência. Em termos simplificados, pode-se escolher entre efetuar um levantamento básico ou um levantamento exaustivo.³ No primeiro caso, o objetivo será a constituição de um inventário dos termos essenciais à especialidade em questão, na média⁴ não ultrapassando trezentos ou quatrocentos termos; no segundo, será preciso prever o levantamento de por volta de 2.500 termos.⁵ O levantamento básico proporciona resultados mais rápidos, mas coloca a questão, talvez problemática para o iniciante na área de conhecimento em pauta, de distinguir termos essenciais e termos acessórios.⁶ O levantamento exaustivo, inversamente, demanda mais tempo, mas coloca menos exigências para a seleção dos termos, uma vez consolidada a grade conceptual (vide item 4.1, adiante).

3. Volume de fontes

Ao contrário do que comumente se imagina, a pesquisa terminológica não exige o recurso a um volume muito elevado de fontes. Asseguradas a adequação, a confiabilidade e a representatividade

³ Entenda-se, aqui, “tendente ao exaustivo”, já que a própria dinâmica da linguagem em geral, e das linguagens de especialidade em particular, tornam a exaustividade uma meta inalcançável na prática.

⁴ Esta média deve ser entendida somente como um parâmetro aritmético elementar, estando sujeita a fortes flutuações, para mais ou para menos, dependendo do grau de especificidade e de complexidade conceptual da área ou da subárea sob investigação.

⁵ Com dois a três mil termos obtém-se, no geral, uma cobertura bastante exaustiva (no sentido da nota 1, supra) para cada tema específico. Evidentemente, nos níveis hierárquicos superiores (área e subárea), o número de termos poderá facilmente atingir as dezenas ou mesmo as centenas de milhares.

⁶ Um instrumento possível para delimitar o campo de levantamento básico seria uma estatística de frequência dos termos, baseada em procedimentos automatizados de análise lexical.

dos materiais, em uma situação típica⁷ um levantamento monolíngüe pode ser efetuado utilizando três a quatro obras básicas, de iniciação (vide capítulo anterior, item 2) que, por sua própria natureza, tenderão a conter um elevado índice de definições e/ou contextos explicativos, complementado com 10/12 artigos de revistas especializadas e/ou entrevistas com especialistas.⁸

Já para a pesquisa bilíngüe, a exigência será relativamente maior. Com efeito, não basta simplesmente adicionar para a segunda língua o mesmo volume de material. Exceto no caso – já caracterizado como indesejável – de uso de textos originais e respectivas traduções, é inevitável que os campos semânticos cobertos pelos textos na primeira e na segunda língua apresentem-se em intersecção, não em relação de identidade. Assim, para assegurar uma razoável cobertura das noções e termos levantados a partir do *corpus* na primeira língua, convém, na segunda língua, aumentar em duas vezes o volume, ou seja, recorrer a seis ou oito obras fundamentais e por volta de vinte artigos de revistas especializadas. Mesmo com esta providência, porém, a experiência demonstra que a cobertura obtida na segunda língua corresponderá, em média, a 80% das noções e termos coligidos na primeira língua, a cobertura dos termos remanescentes tendo, geralmente, de ser efetuada por meio de consulta aos especialistas de área.

⁷ Ressalve-se que podem ocorrer situações em que a inexistência ou inacessibilidade de obras introdutórias, fundamentais, e/ou as características das revistas especializadas da área em questão (vide item 2.2 acima), a repartição de determinada área do conhecimento em abordagens, “filosofias”, escolas de pensamento conflitantes, ou, inversamente, a consolidação de uma determinada área de conhecimento em uma única grande obra de cunho enciclopédico podem exigir um volume maior ou, ao contrário, podem facultar o uso de um volume menor de fontes do que o aqui proposto. Entenda-se, pois, as indicações contidas neste item como caracterizando uma média, e não uma norma rígida.

⁸ Evidentemente, caso o público-alvo e a abrangência definidas para a pesquisa envolvam o vocabulário típico de segmentos de usuários que normalmente não incluem entre suas atividades a publicação de textos de sua especialidade – tal como tende a ser o caso de profissionais de nível secundário e técnico – o levantamento terminológico terá de incluir, em escala mais significativa, o recurso à entrevista.

4. Identificação e segmentação dos termos

4.1. Identificação – A árvore de domínio e a grade conceptual

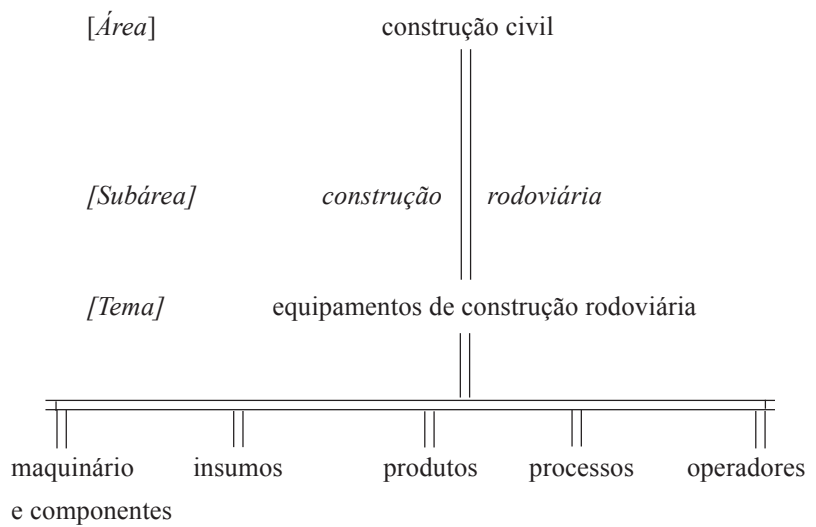
Sendo uma das preocupações centrais da metodologia aqui delineada para os estudos terminológicos a observação da ocorrência das noções e designações *em situação efetiva de uso*, as fontes primárias, conforme descrito anteriormente, compõe-se, privilegiadamente, de textos escritos e entrevistas com os efetivos usuários do jargão a ser descrito. Tais materiais, no entanto, para servirem adequadamente ao propósito dos levantamentos terminológicos, terão de ser submetidos a determinados tratamentos para assegurar a adequada identificação das noções e designações relevantes.

A determinação do que é e do que não é relevante para o levantamento proposto exige, primordialmente, a definição clara do campo semântico a ser abordado. Com efeito, muitas fontes, em particular as fontes com características introdutórias, de iniciação à área ou ao domínio visado, tendem, em grande medida, a apresentar um certo grau de hibridismo temático. Assim, um texto de introdução à técnica fotográfica conterá, além da nomenclatura específica, termos técnicos relativos a domínios mais ou menos conexos, como a Ótica, a Física, a Química, à Geometria, e outros. Mesmo um texto mais específico poderá tangenciar outras áreas, na ilustração da aplicabilidade da técnica proposta; por exemplo: um texto sobre aerofotogrametria poderá fazer referência à avaliação imobiliária, a equipamentos de uma linha férrea, de uma exploração agropecuária ou à estrutura física de serviços públicos urbanos, como objetos passíveis de descrição pela técnica aerofotogramétrica. Caso não se disponha de uma definição prévia suficientemente clara e detalhada da subárea ou tema para o qual o levantamento é proposto, corre-se, aqui, dois riscos, igualmente prejudiciais à qualidade do resultado final: o risco do “ruído” e o risco do silêncio. O primeiro corresponde aos termos irrelevantes ao tema proposto, como *plano quinquenal* em um dicionário de mecânica; o segundo, às lacunas, aos termos não elencados em determinado levantamento e que, no entanto, são

básicos para a área em questão, como a falta do verbete *reator* em um glossário de eletricidade e eletrônica.

A fim de evitar tais deficiências, comprometedoras da qualidade e da fiabilidade do levantamento como um todo, incumbe determinar, na seqüência à iniciação à área, estabelecer a árvore de domínio ou grade conceptual relevante.

Por árvore de domínio (do francês, *arbre de domaine*, vide Dubuc, 1985) entende-se um esquema que defina, ordenadamente, a área, a subárea e o tema da pesquisa a ser empreendida. A seguir, definem-se as diversas classes semânticas pertinentes a este tema, como no exemplo:



O modelo acima organiza-se em estrutura de arborescência e mostra-se bastante útil para diversos campos. Em outros, porém, em que a relação entre os “traços semânticos pertinentes” é mais complexa, pode ser mais interessante adaptar o modelo a uma “grade conceptual”, como no caso que se segue (Medeiros, 1995):

Saúde Pública						
Epidemiologia						
Febres Hemorrágicas de Origem Viral						
Agente Causador	Ébola	Marburgo	Sabiá	Febre Amarela	Dengue	CHF-Congo
Doença						
Prevenção						
Contágio						
Diagnóstico (exames e sintomas)						
Evolução						
Terapêutica						

Uma vez montada a árvore de domínio ou a grade conceptual, esta servirá como “pedra de toque” para a seleção dos termos constantes do *corpus*. Diante de qualquer termo aparentemente relevante, o pesquisador verificará na grade conceptual em que medida o termo em questão apresenta características suficientes para ser arrolado sob uma das rubricas (ou “ramos” da estrutura em arborescência) da grade. Configurada a adequação, o termo será retido para o levantamento. Assim, no primeiro exemplo proposto, *usina móvel de asfalto* satisfaz ao critério de adequação, por tratar-se da designação de um maquinário utilizado como equipamento de construção rodoviária. Já o termo *licitação*, embora pertinente ao domínio da construção rodoviária, não constitui equipamento empregado na construção rodoviária e sim forma de obtenção de contrato para execução de obras de construção rodoviária. Deste modo, *usina móvel de asfalto* será retido no levantamento e *licitação* excluído do mesmo.⁹

⁹ Na prática, a grade conceptual será montada em duas etapas. Numa primeira, precedente ao início do levantamento, mas após a iniciação ao domínio, a grade será elaborada em uma versão preliminar, isto é, constituirá uma hipótese de trabalho, a ser testada em termos de sua adequação e pertinência. Pela experiência, após o registro dos primeiros cinquenta a 75 termos, será possível diagnosticar as eventuais lacunas, os “ramos” improdutivos, as eventuais incongruências e efetuar as correções necessárias.

4.2. Segmentação

Um outro problema diz respeito à segmentação dos termos, particularmente em domínios em que o terminólogo dispõe, apenas de conhecimentos rudimentares e recentes. Com efeito, diferentemente do que ocorre na descrição lexicográfica (vide Cap. I, item 2.2), em que a grande maioria dos verbetes é composta de unidades monovocabulares, as designações descritas pela terminologia abarcam, com extrema frequência (não raro acima de 50% do inventário total), formas compostas de duas, três ou mais palavras. Para o recém-iniciado ao domínio – situação em que o terminólogo se encontrará na maioria dos casos – coloca-se, aqui, a questão da adequada delimitação dos termos, em que vocábulo se iniciam e em que vocábulo se encerram esses termos, de perceber os diversos graus de solidariedade entre os diversos componentes, para assim poder caracterizar as seqüências textuais como compondo, ou não, unidades terminológicas válidas.

Seria falso sugerir haver critérios seguros e infalíveis para dirimir toda e qualquer dúvida de delimitação. No entanto, é possível elencar um conjunto de pistas que permitem reduzir drasticamente a margem de tal dúvida. Tais pistas compreendem: recursos gráficos e de leiaute; frequência estatística; características morfossintáticas; e estratégias discursivas.

Uma das formas de fixar no leitor os conceitos (as noções) básicas de um texto consiste em promover o seu destaque visual por meio de aspas, negritos, itálicos, sublinhados, maiúsculas e recursos similares. De forma paralela, a ocorrência de termos em títulos e subtítulos, ou, ainda, como itens em tabelas e gráficos, resultam na identificação imediata dos termos e de sua delimitação.

Um outro indício é a frequência estatística do termo multivocabular na mesma configuração. Aqui, não se faz necessário quantificar de forma rigorosa a recorrência de uma determinada configuração multivocabular.¹⁰ A mera percepção de sua reiteração frequente,

¹⁰ Evidentemente, uma quantificação mais precisa não seria inútil, antes pelo contrário. Para tanto, porém, será necessário dispor de (ou constituir) bancos de textos em meio eletrônico e utilizar softwares específicos de análise lexical/

em um espaço de texto limitado (mais de duas ou três vezes em duas ou três páginas) já constitui indício suficiente de tratar-se de um conceito percebido pelo produtor do texto como sendo solidária, caracterizando, portanto, uma unidade terminológica.

Determinadas características morfossintáticas podem também contribuir para a correta identificação e delimitação da unidade terminológica. Diante de uma situação de dúvida sobre o grau de cristalização daquilo que se suspeita constituir uma unidade terminológica multivocabular, pode-se aplicar o teste de segmentação e/ou inserção, isto é, tentar desmembrar a seqüência por meio da introdução de outros elementos vocabulares. No caso de êxito, é provável que se trate de uma configuração fortuita, gerada ao sabor da produção do texto. Se, no entanto, houver resistências, se o resultado do teste de inserção gerar uma impressão de estranheza ou inverossimilhança, é bastante provável que, no domínio em questão, ou, pelo menos, para efeitos da fonte em pauta, se esteja diante de uma única unidade terminológica.

Finalmente, a ocorrência de elementos discursivos do tipo “Entende-se por XX o processo pelo qual [...]”, “Conceitua-se XX como o fator que [...]”, “Designa-se por XX todo objeto que [...]” indicará explicitamente que XX constitui um conceito unitário no âmbito do texto em questão e, desde que avalizado por sua adequação à grade conceptual (vide item 4.1 precedente), deverá ser retido como tal no levantamento.

5. Contextos associativos, explicativos e definitórios

A tarefa da terminologia descritiva é, como vimos, a de identificar as relações noção/designação que caracterizam cada termo,

contextual. Tais meios podem ser de grande utilidade não apenas para a utilização da freqüência como critério de pertinência, como também para um levantamento dos diversos contextos de ocorrência e a seleção dos contextos explicativos ou definitórios mais apropriados para os fins do levantamento.

no âmbito de cada linguagem de especialidade. Assim, os levantamentos efetuados a partir das diversas fontes utilizadas deverão não apenas arrolar as designações como também, com igual ênfase, as noções que essas designações recobrem. A importância das noções, evidentes já na perspectiva monolíngüe, mostra-se ainda mais essencial na terminologia bilíngüe, pois é do confronto entre as respectivas noções que se poderá legitimar, ou não, a relação de equivalência entre o termo da língua A e o termo da língua B.

Por outro lado, cumpre insistir que, salvo exceção, o terminólogo é apenas um iniciante, um interessado na especialidade. Exerce, na função descritivista, o papel de assessor aos usuários, sem se confundir com eles. Deste modo, não lhe é possível atribuir a tarefa de construir, a partir de seu contacto com o *corpus* e inteligência dos contextos de ocorrência dos termos, definições de sua própria lavra. Sendo a situação de uso um dos fulcros de sua atenção, incumbirá, a esta mesma situação, proporcionar os elementos nocionais pertinentes à caracterização do(s) significado(s) do termo.

Das observações precedentes, depreende-se que a abordagem básica a conduzir a pesquisa terminológica temática consistirá na identificação não apenas das designações mas de contextos de ocorrência destas designações que proporcionem pistas para a sua delimitação nocional. A intervenção do terminólogo resume-se a esta identificação e o registro dos contextos que avaliar como adequados para tal propósito.

Na realidade da maioria das fontes, os contextos de ocorrência dos termos podem ser repartidos em três categorias: (a) contexto associativo; (b) contexto explicativo; (c) contexto definitório.

O *contexto associativo* apresenta o termo como pertinente ao tema objeto da pesquisa, mas não indica os traços conceptuais específicos destes termos, como no caso dos termos *filme* e *filtro* em

Assim, a escolha adequada de filmes e filtros permite obter imagens mais adequadas para cada tipo de problema e estudos [...]. (Raul Audi, "A fotogrametria e fotointerpretação como recursos nas práticas de cadastros técnicos, avaliações e perícias de engenharia". S. Paulo, 1º Congresso Mundial de Avaliações, 1981.)

Já os *contextos explicativos* apresentam alguns traços conceituais pertinentes específicos do termo sob observação, freqüentemente relativos à materialidade, finalidade, funcionamento, e similares. Ilustra esta categoria o seguinte exemplo:

[...] a quase totalidade das fotografias aéreas são tomadas verticais, isto é, com o eixo ótico da objetiva na vertical. Estas *fotografias* chamadas *verticais* são ainda tomadas com recobrimentos de 60% nas faixas de vôo e de cerca de 30% entre as faixas. (Raul Audi, id. ibid.)

em que o termo *fotografia aérea* aparece caracterizada pelo modo de sua tomada (vertical) e pelo tipo de recobrimento que proporciona da superfície fotografada.

Talvez mais desejáveis, mas certamente menos contraditórios, os *contextos definitórios* proporcionam um conjunto completo dos traços conceituais distintivos do termo. Tal distintividade, no entanto, representa freqüentemente um certo nível de abstração, sem indícios claros da gama efetiva de usos em situação do termo. Assim:

Fotografia, como sabemos, é o registro sob a forma de imagem realizado através de radiação luminosa sobre uma base sensível a essa radiação. (Raul Audi, id., ibid.)

Dada a ocorrência relativamente reduzida de contextos definitórios na situação de uso e dada, ainda, a própria natureza da definição, tendente à abstração da variação e da riqueza típicas da situação de uso, o uso sistemático de tais contextos vê-se praticamente inviabilizado. Assim, a terminologia descritiva monolíngüe e bilíngüe utilizará, mais comumente, o contexto explicativo como registro do conceito de cada termo, suplementado, quando possível, pelo contexto definitório.

CAPÍTULO V

O REGISTRO DE DADOS TERMINOLÓGICOS¹

1. Apresentação

A sistematização dos trabalhos de levantamento terminológico requer o estabelecimento de uma razoável uniformidade de procedimentos de análise e de uma rigorosa uniformidade no registro dos levantamentos, de modo a assegurar (a) um perfeito intercâmbio entre os pesquisadores e os resultados de suas pesquisas e (b) a progressiva fusão dos diversos trabalhos individuais em grandes bancos de dados terminológicos.

A distinção sugerida acima é pertinente por mais de um motivo. Com efeito, exigir procedimentos de análise rigorosamente idênticos de todos os pesquisadores envolvidos – circunstanciais (bolsistas de iniciação científica e de pós-graduação) e permanentes (docentes pesquisadores) – acabaria ou impondo “camisas-de-força” desmotivadores ou mascarando, por detrás de uma pseudo-uniformidade, uma diversidade real, que, por não ser claramente explicitada, contribuiria, na realidade, para um aguçamento das discrepâncias, por não levar em conta as variáveis humanas de motivação, interesses específicos, domínio de assunto, *et simil*, nem a imensa variação no nível de qualidade e confiabilidade das fontes disponíveis, nem, ainda, a evolução dos métodos e dos substratos teóricos. O que se pode e deve perseguir, portanto, é uma harmonização destas inevitáveis divergências, mediante uma interação constante entre os pesquisadores.

¹ Uma primeira versão deste capítulo foi revisada por Paltônio Daun Fraga, analista de sistemas do Centro de Informática da FFLCH/USP.

No que tange aos procedimentos de registro, porém, o *desideratum* terá, necessariamente, de ser a mais completa uniformização possível. Aqui, os objetivos de curto prazo – produção de materiais terminológicos mono- e bilíngües específicos confiáveis, para atender às necessidades mais prementes dos usuários (profissionais especialistas de área, pesquisadores, estudantes, tradutores) – terão de ser atendidos sem perder de vista o objetivo maior, de médio e longo prazo: a constituição de um banco de dados terminológicos multilíngüe e de múltiplo acesso, comparável, em nível de importância nacional, ao Banco de Dados Terminológicos da CEE, sediado em Luxemburgo. Assim, levando em devida conta o fato de que nem todos os participantes envolvidos (particularmente os alunos) dispõem ou têm fácil acesso a recursos de informática (*hardware* e *software*) compatíveis com os sistemas utilizados nas diversas instituições (ou, mesmo quando o têm, sentem-se suficientemente “à vontade” na sua manipulação), dever-se-á também conceber uma forma de registro (ficha) manual que reproduza fielmente a ficha eletrônica proposta, de forma a reduzir o risco de erro de interpretação na digitação da ficha manual para o suporte eletrônico.²

Um dos elementos chave para assegurar a uniformidade desejada, bem como a integração dos diversos trabalhos já concluídos, em andamento e futuros, é representado pela escolha de um *software* que reúna características de maleabilidade de configuração, contenha recursos integrativos, seja bastante difundido internacionalmente (o que aumenta a probabilidade de intercâmbio de levantamentos entre instituições), de fácil manuseio mesmo por pesquisadores com pouca familiaridade com a informática, e permita a conversão dos diversos arquivos para um processador de texto e/ou para algum programa de editoração eletrônica, de modo a facilitar a edição e impressão de vocabulários e glossários derivados dos levantamentos efetuados.³

² Esta lacuna vem sendo progressivamente reduzida. No entanto, no momento (1994), a observação ainda se justifica o suficiente para manter, paralelamente ao modelo de ficha eletrônica, um modelo manual.

³ Entre os gerenciadores de bancos de dados de ampla difusão, satisfazem às necessidades da pesquisa terminológica os programas da “família” dBase e MS-

2. A ficha mono/bilíngüe

Tendo por fundamentação e motivação as considerações que precedem, concebe-se um modelo único de ficha terminológica, a ser utilizado em todos os arquivos de levantamento (doravante designados, individual e coletivamente, como TERMBASE), quer tais arquivos tenham, como objetivo imediato, a descrição monolíngüe (português) ou bilíngüe (português ↔ língua estrangeira).

Tal ficha deverá conter os seguintes campos:

Campo 01 – LP: Este campo identifica, por meio de uma abreviatura correspondente – no geral – às duas primeiras letras do nome da língua de partida em questão, por exemplo: en = inglês; pt = português; fr = francês; ru = russo etc.⁴

Campo 02 – Ocorrência LP: Neste campo, insere-se o termo na forma em que aparece no contexto levantado, incluindo todas as flexões de gênero, número etc.

Campo 03 – Termo LP: Este campo, correspondente ao verbebo, conterá o termo (mono- ou plurivocabular), tal como verificado no uso efetivo (na fonte), reduzido, quando for o caso, à sua forma morfológica básica (no caso do português, por exemplo, ao masculino singular ou ao infinitivo, salvo casos particulares: sentido diverso conforme o gênero ou número, et simil).

Campo 04 – Padronizado: Este é um campo lógico, em que se indicará, simplesmente se o termo incluído no campo anterior é consagrado por uma ação padronizadora (ABNT, ISO, DIN, Office de la Langue Française etc.) ou não. Na incerteza, o campo permanecerá vazio.

Campo 05 – Fonte: Este campo conterá, sob forma de sigla composta de quatro caracteres alfanuméricos, a indicação da

Access.TM As fichas apresentadas neste texto foram todas originariamente concebidas no ambiente dBase, mas são passíveis de adaptação a outros ambientes de gerenciamento de bancos de dados.

⁴ Vide Norma ISO 639.

fonte (bibliográfica ou pessoal, no caso de entrevista com especialista). A referência bibliográfica ou biográfica completa será consignada no arquivo FONSTERM (vide adiante). Tanto quanto possível, a forma abreviada de referência deverá ter um caráter mnemônico.

Campo 06 – Ano: O ano de publicação/entrevista constitui um dos principais índices de confiabilidade da fonte, em termos de retrato atual do uso terminológico. Na ficha de arquivo TERMBASE, indicar-se-á apenas os dois últimos algarismos do ano de publicação ou entrevista, os dados completos sendo consignados no arquivo FONSTERM (vide adiante).

Campo 07 – Uso: Convém assinalar restrições de uso de natureza regional, dialetal ou socioletal. Será necessário manter e circular um registro das siglas utilizadas (p.ex. PE para “português europeu”, US para “inglês americano”, AC para “acadêmico”, de modo a evitar discrepâncias entre os diversos TERMBASEs. Caso não se conheça qualquer restrição, ou de outro modo nada houver a assinalar a respeito, pressupor-se-á uso não-marcado, mantendo o campo vazio.

Campo 08 – Morfologia: Este campo conterà as indicações morfológicas mínimas necessárias para a adequada utilização do termo em produção de textos (p.ex. Sms = “substantivo masculino singular”).⁵

Campo 09 – Sintaxe: Este campo conterà uma descrição sumária do termo, quando se tratar de termo plurivocabular (p.ex. SN -> s+a). No caso de termos monovocabulares, permanecerá em branco. Aqui, como no caso do campo anterior, será necessário estabelecer e divulgar entre os pesquisadores uma

⁵ As indicações abreviadas atualmente em uso são: S = substantivo; A = adjetivo; V = verbo; D = advérbio; m = masculino; f = feminino; n = neutro; s = singular; d = dual; p = plural.

convenção de abreviatura que evite discrepâncias entre os diversos levantamentos.⁶

Campos 10, 10a ... 10n: Contexto: Transcreve-se neste(s) campo(s) o contexto em que o termo ocorre na fonte e que proporcione uma definição ou, pelo menos, uma explicação do conceito nocional abarcado. O pesquisador deverá aqui contentar-se com a *transcrição*, evitando substituir a formulação da fonte por uma reescrita sua. Mais especificamente, o autor da ficha reproduzirá o(s) trecho(s) encontrados na fonte (Campo 05 Fonte) que proporcionam a melhor definição ou caracterização nocional do termo. Visto que as definições prontas e acabadas são antes a exceção do que a regra, este campo tenderá, portanto, a conter contextos explicativos que explicitam um ou mais traços conceptuais pertinentes (composição, finalidade, modo de utilização, *et similia*). Idealmente, poder-se-ia incluir aqui um desenho, reproduzido xerograficamente no caso da ficha manual ou transportada via *scanner*, em ambiente gráfico, no caso da ficha eletrônica. Se várias fontes forem utilizadas, para cada uma será elaborada uma ficha própria. Caberá ao revisor, posteriormente, selecionar, *se for o caso*, a fonte mais confiável e/ou que proporcione a caracterização nocional mais exaustiva, eliminando-se, então, as fichas excedentes.⁷ Observe que, em muitos gerenciadores de bancos de dados, o número de caracteres por campo é limitado. Daí a necessidade de recorrer, eventualmente, a um desdobramento do campo, (*Campo 10a, b, [...] n*) para multiplicar a capacidade de inserção de texto.

⁶ As indicações abreviadas atualmente em uso são: SN = sintagma nominal; SV = sintagma verbal. As classes de palavras, que no campo anterior vêm assinalados com letra maiúscula, neste campo são assinaladas com letra minúscula.

⁷ Nem sempre tal redução a uma única ficha será possível. Esse é tipicamente o caso de terminologias referentes a áreas do conhecimento em que coabitam várias escolas de pensamento e em que, portanto, os “mesmos” termos recebem conceituações ao menos parcialmente discrepantes.

Campo 11 – Unitermos: Registra-se neste campo os termos chaves constantes da definição. Em princípio, tais termos chaves gerarão outras fichas, desde que se logre obter para os mesmos definições ou explicações apropriadas.

Campo 12 – Sinônimos: Sinônimos referendados pela fonte serão assinalados neste campo e gerarão novas fichas, eventualmente utilizando o mesmo CONTEXTO e a mesma DEFINIÇÃO. No caso de sinônimos referendados por outras fontes, acrescenta-se, entre parênteses, a referência pertinente, de acordo com os procedimentos sugeridos para o Campo 05.

Campo 13 – LC: Neste campo, indica-se a língua do Termo LC (vide campo seguinte), de acordo com os procedimentos adotados para o Campo 01.

Campo 14 – Termo LC: No caso de levantamentos bilíngües, este campo conterà o equivalente na LC ao termo assinalado no Campo 01: Termo LP.⁸ A ficha completa do termo em LC será desenvolvida no quadro de outro arquivo TERMBASE, em que LP e LC trocam de posição, ou, no caso de um arquivo bilíngüe bi-direcional, em outra ficha do mesmo arquivo.

Campo 15 – Equivalência: Em casos favoráveis, os termos em LP e LC recobrem, para todos os efeitos, a mesma área semântica dentro do domínio proposto. Assim, por exemplo, no vocabulário da Química, “oxigênio” = “oxygen” = “Sauerstoff”. Essa situação ideal, porém, raramente ocorre na realidade (por exemplo, no domínio da fiação elétrica, “cabo” = “Kabel”) e para facilitar a utilização adequada dos registros, convirá indicar se a equivalência entre Termo LP e Termo LC é total “T” ou parcial “P”. No caso de incerteza quanto à extensão da intersecção semântica e contextual entre os dois termos, o autor da ficha deixará o campo vazio, deixando a cargo do revisor a tarefa de dirimir a dúvida.

⁸ Caso haja mais de um termo equivalente na língua de chegada (por sinonímia ou parassinonímia), opta-se normalmente pela indicação de um único destes no Campo 14, os demais vindo indicados na ficha correspondente na outra língua.

Campo 16 – Área; Campo 17 – Subárea; Campo 18 – Tema: Estes campos servirão o propósito de indicar, com a precisão possível, a área do saber/fazer coberta pelo termo consignado na ficha. Em cada arquivo TERMBASE, esses campos serão sempre preenchidos de maneira idêntica. Quando da integração dos diversos arquivos TERMBASE num único Banco de Dados Terminológico, possibilitarão a geração de relatórios específicos para cada área, domínio e subdomínio ou para subconjuntos de áreas, domínios e/ou subdomínios. Sugere-se que os Campos 16 e 17 empreguem a nomenclatura consagrada em biblioteconomia, ou, eventualmente, parta da classificação adotada pelas entidades de fomento à pesquisa (complementada sempre que necessário) enquanto que o subdomínio poderá ser designado diretamente pelo pesquisador, sujeito, eventualmente, a redesignação pelo revisor.

Campo 19 – Data: Este será um campo alterável. Quando a ficha for elaborada pela primeira vez, será indicada a data de sua elaboração. Quando de suas posteriores revisões ou reelaborações, a data será atualizada a cada nova intervenção.

Campo 20 – Documentador; Campo 21 – Revisor: Estes campos conterão, sob forma abreviada, a indicação do Documentador (o pesquisador que elaborou a primeira versão da ficha) e do Revisor da mesma ficha. Aplicam-se, *mutatis mutandis*, para esses campos, os critérios descritos para o Campo 05. As referências completas serão consignadas em outro arquivo, o PESQTERM (vide adiante).

Campo 22 – Definição: Este campo permanecerá inativo durante o levantamento inicial, mas poderá ser preenchido (i) após a constituição de dossiê terminológico a ser submetido a especialistas (vide Cap. I, item 2.2.4.3), aos quais será solicitado que proporcione a definição aceitável para o subdomínio e para os usuários em questão, ou (ii) pelo próprio pesquisador (terminólogo).

Quadro Resumo 1 – Ficha de levantamento, com previsão do número de caracteres necessários para cada campo (previsão sujeita a alterações).

Campo	Nome	Extensão
Campo 01	LP	02
Campo 02	Ocorrências LP	36
Campo 03	Termo LP	36
Campo 04	Padronizado	01
Campo 05	Fonte	04
Campo 06	Ano	02
Campo 07	Uso	02
Campo 08	Morfologia	10
Campo 09	Sintaxe	10
Campo 10	Contexto 1	250
Campo 10a	Contexto 2	250
...campo 10n	Contexto n	250
Campo 11	Unitermos	72
Campo 12	Sinônimos	72
Campo 13	LC	02
Campo 14	Termo LC	36
Campo 15	Equivalência	1
Campo 16	Área	50
Campo 17	Subárea	50
Campo 18	Tema	110
Campo 19	Data	8
Campo 20	Documentador	4
Campo 21	Revisor	4
Campo 22	Definição	250
	TOTAL	≥ 1.012

Quadro Resumo 2 – Ficha de levantamento manual

01	02	03	04
05	06	07	08 09
10			
11		12	
13	14	15	
16		17	
18			
19		20	21
22			

Quadro Resumo 3 – Ficha de levantamento manual – Exemplo de preenchimento

01 pt	02 cessão	03 cessão	04
05 MAME	06	07	08 Sfs 09
10 Transferência de todos os direitos sobre a coisa para uma outra pessoa.			
11	12 transferência		
13 en	14 assignment	15	
16 Direito	17 Direito Civil		
18 Direito Contratual			
19 14/11/95	20 FRAU	21	
22			

Observações:

1) *Levantamentos paralelos*. A ficha básica contém dois campos dedicados ao estabelecimento de equivalência entre o termo em verbete (em língua de partida – LP) com um termo de outra língua (língua de chegada – LC): Termo LC e Equiv (campos 14 e 15). Não se propõe incluir na ficha básica todos os dados pertinentes ao termo na segunda língua, pois convém evitar uma sobrecarga de informação em um único ponto, o que poderia acentuar, de maneira indesejável, os efeitos multiplicativos de qualquer erro, por menor que seja, cometido no processo de digitação. Outrossim, como a relação terminológica biunívoca entre duas línguas constitui antes a exceção do que a regra, uma ficha completa cobrindo todos os aspectos relevantes e todas as relações de sinonímia e parassinonímia, embora tecnicamente factível, tornaria a geração de cada ficha um processo extremamente lento. Ainda, visto que as fontes disponíveis raramente são igualmente ricas e confiáveis para dois pares de línguas quaisquer, a possibilidade real de se efetuar um levantamento perfeitamente equilibrado é, a mais das vezes, uma meta ilusória. Assim, para levantamentos que se pretendam plenamente bidirecionais, conviria produzir dois TERMBASEs, em paralelo, mas sem a obrigatoriedade de se atingir, para cada termo, uma vinculação perfeita com a outra língua.

2) *Integração*. Será necessário conceber um mecanismo pelo qual os diversos TERMBASEs possam, a partir de um certo momento, ser integrados em Bancos de Dados Terminológicos gerais e por Área e Subárea, sem que se perca, entre outros elementos, a indicação clara das respectivas LPs e LCs. Tal integração deverá, outrossim, permitir a geração de fichas mais completas, contendo o termo em LP (verbete) e as diversas saídas consignadas para as diversas línguas constantes dos arquivos TERMBASE, se possível sem exigir nova digitação. Uma das possibilidades, evidentemente, seria redefinir a ficha base, fazendo-a incluir oito a 10 campos do tipo Termo LC e Equiv. Tal solução, porém, incorreria novamente no risco de multiplicação de erros, e, provavelmente, exigiria orientar todas as pesquisas em torno de uma mesma LP (o português), o que

nem sempre corresponde às reais necessidades do momento, à competência dos pesquisadores ou à disponibilidade de fontes.⁹

3) *Convenção de siglas*: As siglas a serem adotadas para campos 20 e 21 (Doc e Rev, respectivamente) e reproduzidas no arquivo PESQTERM serão construídas preferencialmente por meio das duas primeiras letras do primeiro nome e das duas primeiras letras do último sobrenome do pesquisador em questão. Assim, por exemplo: MAurício Pereira NUnes -> MANU.

3. A ficha de controle de fontes (referências bibliográficas) – FONSTERM

A conveniência de reduzir a referência bio-/bibliográfica constante da ficha de levantamento terminológico TERMBASE a uma sigla de 4 caracteres alfanuméricos tem, como contrapartida, a necessidade de manter um arquivo de fontes, FONSTERM, contendo a descrição completa da fonte (publicação ou especialista entrevistado), para referência futura e para evitar o risco de utilização de uma mesma sigla para fontes distintas.

O arquivo FONSTERM deverá conter os seguintes campos:

Campo 01 – Fonte: Serão utilizados quatro caracteres alfanuméricos para a sigla de referência a ser empregada nos arquivos TERMBASE.

Campo 02 – Autor: Nome completo do autor do item bibliográfico ou, quando for o caso, do especialista entrevistado.

⁹ Essas considerações não excluem a possibilidade nem o interesse em efetuar, em etapa posterior à organização de vários levantamentos bilíngües, uma consolidação dos dados obtidos com indicação de múltiplas saídas lingüísticas. Nestes casos, porém, será difícil assegurar uma perfeita bi-direcionalidade (do vernáculo para duas ou mais línguas estrangeiras e destas de volta ao vernáculo) sem efetuar um “apagamento” por vezes desmesurado das reais diferenças de extensão de sentido, de aplicabilidade em situação, de registro etc., entre os respectivos termos.

Campo 03 – Título 1: Nome da obra (artigo, livro, folheto institucional, norma técnica, manual etc.) no caso de fonte escrita e indicação do tipo de publicação, conforme código de siglas convecionado; no caso de entrevista, cargo ou função, especialidade.

Campo 04 – Título 2: Complementação do nome da obra (p.ex., nome da revista em que foi publicado o artigo referido no Campo 03); no caso de entrevista, formação do entrevistado.

Campo 05 – Data: Data de publicação ou da entrevista.

Campo 06 – Editora: Editora ou instituição responsável pela publicação; no caso de entrevista, empresa ou instituição a que o entrevistado está vinculado.

Campo 07 – Local: Nome da cidade sede da editora ou em que a entrevista foi realizada.

Campo 08 – Área: Vide Campo 17 do arquivo TERMBASE.

Quadro Resumo 4 – Ficha do arquivo FONSTERM

Campo	Nome	Extensão
Campo 01	Fonte	04
Campo 02	Autor	36
Campo 03	Título 1	50
Campo 04	Título 2	50
Campo 05	Data	02
Campo 06	Editora	40
Campo 07	Local	25
Campo 08	Área	50
	TOTAL	257

4. A ficha de controle de pesquisadores – PESQTERM

O arquivo PESQTERM servirá o propósito de assegurar a identificação dos responsáveis pela elaboração das fichas e arquivos TERMBASE (autores e revisores):

Campo 01– Autor: Nome completo do pesquisador ou revisor.

Campo 02 – Código Autor: Os quatro caracteres alfabéticos empregados na identificação do autor/revisor nas fichas dos arquivos TERMBASE.

Campo 03 – Instituição: Instituição, departamento ou curso a que o pesquisador está vinculado.

Quadro Resumo 5 – Ficha do arquivo PESQTERM

Campo	Nome	Extensão
Campo 01	Autor	36
Campo 02	Código Autor	04
Campo 03	Instituição	20
	TOTAL	60

5. A ficha de controle de arquivos terminológicos – ARQTERM

Este arquivo conterà a identificação de todos o arquivos TERMBASE concluídos.

Campo 01 – Nome: Nome do arquivo TERMBASE tal como utilizado no disco e nas referências ao mesmo nos demais arquivos.

Campo 02 – Língua 1: Língua de Partida, isto é, língua em que os termos (Campos 2 e 3) e contextos (Campo 10) do arquivo TERMBASE vêm redigidos ou, no caso de levantamentos bilíngüesbidirecionais, a identificação de um dos dois idiomas trabalhados.

Campo 03 – Língua 2: Língua de Chegada, isto é, língua para a qual se estabeleceu equivalência terminológica (Campos 13 e 14 do arquivo TERMBASE) ou, no caso de levantamentos bilíngües bidirecionais, a identificação do outro idioma trabalhado.

Campo 04 – Documentador 1; Campo 05 – Documentador 2; Campo 06 – Documentador 3: nome(s) dos documentadores que, conjuntamente, elaboraram o levantamento.

Campo 07 Revisor 1; Campo 08 Revisor 2: nome(s) dos revisor(es) do arquivo TERMBASE elaborado pelos autores acima.

Campo 09 Data Registro: Data em que o arquivo TERMBASE em questão foi concluído.

Campo 10 Datatual: Data em que o arquivo TERMBASE em questão foi atualizado/corrigido/revisado.

Quadro Resumo 6 – ficha do arquivo ARQTERM

Campo	Nome	Extensão
Campo 01	Nome	08
Campo 02	Língua 1	02
Campo 03	Língua 2	02
Campo 04	Documentador 1	04
Campo 05	Documentador 2	04
Campo 06	Documentador 3	04
Campo 07	Revisor 1	04
Campo 08	Revisor 2	04
Campo 09	Data Registro	08
Campo 10	Data Atualização	08
Campo 11	Nome Completo	100
	TOTAL	148

Observe-se que os arquivos FONSTERM, PESQTERM e ARQTERM deverão ser mantidos permanentemente atualizados e deverá ser assegurada sua ampla divulgação a fim de evitar coincidências de nomes de arquivos.

CAPÍTULO VI

CAMINHOS ALTERNATIVOS PARA A PESQUISA TERMINOLÓGICA BILÍNGÜE¹

1. Caracterização do problema

No capítulo anterior, apresentou-se a versão completa do sistema de registro e gerenciamento de dados terminológicos, previstos para serem coletados consoante a metodologia anteriormente exposta para a pesquisa temática. Percebe-se, no entanto, com relativa facilidade, que tais procedimentos demandam um investimento de tempo bastante significativo para a coleta, análise e verificação dos dados. O próprio estabelecimento dos *corpus* vê-se, ao menos em nosso contexto brasileiro, atravancado pelas dificuldades de acesso aos textos e aos especialistas pertinentes, fruto, particularmente no primeiro aspecto, da falta de bases bibliográficas e de bibliotecas adequadamente informatizadas, além dos entraves burocráticos, as preocupações compreensíveis mas, por vezes, excessivas com o sigilo empresarial etc.

Desta forma, é fácil prever que os trabalhos terminológicos – que podem e devem ser encaminhados a despeito dos obstáculos apontados – somente produzirão frutos consistentes no médio e no longo prazos. No entanto, a tarefa de facultar o acesso a informações terminológicas bilíngües se reveste de uma evidente urgência, particularmente com a entrada em vigor da norma ISO 9000 (e derivadas) para a padronização qualitativa dos mais variados integrantes

¹ Uma versão deste capítulo foi publicada na revista *Tradterm* n. 1 (1994), sob o título “A compilação lexicográfica como alternativa emergencial à descrição terminológica sistemática”.

da pauta de exportações do país, a expansão sem precedentes do intercâmbio econômico e técnico-industrial no âmbito do Mercosul, acordos com a UE, a Convenção da OMC etc., etc., todas essas iniciativas e tendências gerando, por sua vez, uma forte e crescente demanda correlata de textos técnicos traduzidos.

As considerações acima parecem sugerir a validade da busca de abordagens alternativas, complementares à primeira (esta mais propriamente terminológica) que gerassem, em tempo mais curto, bases de dados utilizáveis no contexto bilíngüe. Tal base de dados – que denominaríamos “bases terminológicas de primeiro nível” – poderia ser constituída a partir dos materiais lexicográficos já existentes sob forma de dicionários especializados monolíngües e bilíngües.

2. Dicionários bilíngües

O emprego de dicionários bilíngües como fontes primárias do levantamento resulta, de certo modo, num trabalho de compilação e, como tal, assume diversos riscos:

- a) a maioria dos materiais lexicográficos bi- e multilíngües existentes proporcionam tão somente o termo na LP e seu(s) possível(eis) correspondentes na LC,
 - (i) sem conter definições e/ou explicações que permitam ao usuário avaliar a pertinência do emprego do equivalente sugerido para a LC em determinado contexto;
 - (ii) sem utilizar, sistematicamente, uma convenção de indicação de área ou subárea, no caso dos dicionários técnicos “gerais”, e;
 - (iii) no caso dos dicionários técnicos temáticos, sem efetivamente limitar os verbetes ao(s) tema(s) originariamente proposto;
- b) o grau de confiabilidade dos materiais é extremamente flutuante e, para os não-especialistas na área em questão, tor-

na-se difícil determinar, para determinada fonte e, mesmo, para determinado verbete, até que ponto a solução proposta pelo lexicógrafo é:

- (i) correspondente ao uso atual;
- (ii) baseada em verificação efetiva do uso, a qualquer época, ou meramente proposta pelo próprio lexicógrafo, sem base outra que sua própria intuição ou inspiração de momento.

Ainda, esta mesma abordagem deve ser reconhecida pelo que ela é, ou seja, um expediente que visa preencher, de maneira *provisória*, uma lacuna, a ser substituída, tão logo possível, por uma reorganização dos dados com base em levantamentos efetuados de acordo com uma metodologia terminológica que assegure a efetiva fiabilidade da informação.

2.1 Redução da margem de risco

A ausência de especificações – definição/explicação, falta de delimitação e explicitação temáticas – constitui uma lacuna informativa que somente poderá ser preenchida mediante uma retomada das investigações em bases efetivamente terminológicas, conforme indicadas sinteticamente acima, não cabendo, pois, a sua superação no âmbito da abordagem ora proposta.

A questão mais grave e que, caso não seja adequadamente equacionada, comprometeria o valor da compilação, tornando-a dispensável (para não dizer fonte menos de informações e mais de pandemônio terminológico) prende-se ao fator de confiabilidade das fontes. Por se tratarem de fontes bilíngües e, em muitos casos, abordarem a área técnico-tecnológica de maneira generalizante, o recurso à opinião dos especialistas de assunto parece pouco factível. Por outro lado, o conjunto de usuários mais facilmente definível de tais fontes é constituído pelos tradutores técnicos.

Tendo em vista estes condicionantes, efetuou-se, em 1991, uma investigação junto aos tradutores técnicos de língua inglesa filiados

à Sociedade de Tradutores Técnicos (STT) e à Associação Profissional dos Tradutores Públicos do Estado de São Paulo (ATPIESP),² em um total de 26 sujeitos, solicitando-lhes que classificassem um conjunto de dicionários técnicos bi- e multilíngües privilegiando a relação tradutória inglês/português e/ou português/inglês, em uma escala de confiabilidade definida como segue:

0 – confiabilidade nula (“não vale o papel em que foi impresso”)

1 – ocasionalmente proporciona uma informação interessante, mas deve ser utilizado com extrema cautela;

2 – a informação é moderadamente confiável;

3 – a informação dada é, no geral, confiável, mas apresenta grandes lacunas no rol de verbetes;

4 – a informação dada é, no geral, confiável, com poucas lacunas importantes;

5 – uma obra excelente, solucionando de maneira muito apropriada, dentro de sua especialidade, as dúvidas terminológicas que surgem na tradução;

retendo-se, como material adequado para integrar o conjunto de fontes de compilação, os títulos que obtiveram uma média mínima de 3,0 pontos e com pelo menos 6 indicações. Não constituiu objeto explícito do levantamento a mensuração do grau de atualidade das informações contidas nos dicionários em questão, bastando, para os propósitos do trabalho proposto, o ano de publicação da primeira

² A opção por consultar os tradutores da STT e da ATPIESP prende-se ao fato de que a primeira entidade é extremamente exigente no que tange às qualificações profissionais dos candidatos a filiação, incluindo, como pré-requisitos, no mínimo três anos de experiência profissional contínua, um exame escrito, análise de currículo e verificação do comportamento ético dos candidatos. Os membros da ATPIESP, por sua vez, foram nomeados com base em concurso público com provas escritas e orais de tradução e versão. O concurso mais recente data de 1979/1980, assegurando, à época da investigação, um mínimo de 11 anos de vivência profissional. Tais circunstâncias qualificam os membros destas entidades como interlocutores habilitados para o objetivo da investigação.

edição (no caso de títulos com ou sem reimpressões posteriores) ou da última edição revista, conforme o caso.

Do total de sujeitos contactados, 14 responderam ao questionário. O resultado desta investigação apontou, como fontes primárias para uma base de dados bilíngües, os seguintes títulos:³

Autor	Obra	Pontuação
Antas, L.M.	<i>Dicionário de Termos Técnicos I/P</i>	3,5
Cavalcante, J.C.	<i>Dicionário I/P de Termos Econômicos e Comerciais</i>	3,1
Fragomeni, A.H.	<i>Dicionário Enciclopédico de Informática</i>	3,6
Furstenau, E.	<i>Dicionário de Termos Técnicos I/P</i>	3,3
Krahenbuhl, H.	<i>Dicionário I/P para Executivos</i>	3,3
Sell, L.	<i>E/P Comprehensive Technical Dictionary</i>	3,1
Stedman	<i>Dicionário Médico</i>	4,5
SUCESU	<i>Dicionário de Informática I/P</i>	3,0
Taylor, J.	<i>Dicionário Metalúrgico I/P e P/I</i>	4,3

2.2 O registro dos dados

A intenção explícita do compilamento de dados terminológicos bilíngües já consignados em dicionários técnicos existentes é, como ficou dito, a de preencher provisoriamente uma lacuna, no aguardo da geração de informações terminológicas com base em estudos metodologicamente mais apurados (bases terminológicas de segundo nível).

Nesta perspectiva, parece conveniente propor um sistema de registro que seja compatível com o modelo de ficha eletrônica descrito no capítulo precedente, apenas algo mais simplificado, consistente

³ Nesses últimos cinco anos, várias novas obras lexicográficas bilíngües tornaram-se disponíveis. Assim, é de se prever que uma nova investigação fundamentada nos mesmos critérios traria resultados ao menos parcialmente distintos.

com as limitações inerentes do presente projeto, mas permitindo sua integração com a ficha completa à medida em que for sendo efetuada a migração do primeiro para o segundo nível de elaboração.

Nestes termos, a ficha proposta – COMPIBASE – teria a seguinte constituição:

Campo 01 – LP: Indica-se neste campo a língua de partida, isto é, a língua do termo constante do Campo 02.

Campo 02 – Termo LP: Este campo, correspondente ao verbebo, conterá o termo (mono- ou plurivocabular), tal como observado na fonte lexicográfica.

Campo 03 – Fonte: Este campo conterá, sob forma de sigla composta de quatro caracteres alfanuméricos, a indicação da fonte bibliográfica. A referência bibliográfica completa será consignada no arquivo FONSTERM. Tanto quanto possível, a forma abreviada de referência deverá ter um caráter mnemônico. Note-se que a cada fonte corresponderá uma ficha, mesmo no caso de reiteração de dados entre as diversas fontes constituintes do corpus.

Campo 04 – Ano: O ano de publicação do dicionário fonte constitui um dos principais índices de confiabilidade da fonte, em termos de retrato atual do uso terminológico. Na ficha de arquivo COMPIBASE, serão indicados apenas os dois últimos algarismos do ano de publicação, os dados completos sendo consignados no já referido arquivo FONSTERM.

Campo 05 – Uso: Recupera eventuais informações constantes da fonte a respeito de restrições de uso de natureza regional, dialetal ou socioletal. Será necessário manter e circular um registro das siglas utilizadas (p.ex. PE para “português europeu”, US para “inglês americano”, AC para “acadêmico”, de modo a evitar discrepâncias entre os diversos COMPIBASEs. Quando nada houver a assinalar a este respeito, pressupor-se-á uso não-marcado e o campo permanecerá vazio.

Campo 06 – LC: Indica-se neste campo a língua de chegada, isto é, a língua do termo constante do Campo 07.

Campo 07 – Termo LC: Este campo conterà o equivalente na LC ao termo assinalado no Campo 02, conforme consignado na fonte. Caso a fonte indique mais de um equivalente, para cada relação de equivalência será constituída uma ficha.

Campo 08 – Área: a área nocional básica a que pertencem os termos LP e LC na relação de equivalência proposta pela fonte.

Campo 09 – Data: Este será um campo alterável. Quando a ficha for elaborada pela primeira vez, será indicada a data de sua elaboração. Quando de suas posteriores revisões ou reelaborações, a data será atualizada a cada nova intervenção.

Campo 10 – Documentador; Campo 11 – Revisor: Designam, respectivamente, o Documentador (primeiro redator) e o Revisor da ficha. Aplicam-se, *mutatis mutandis*, para esses campos, os critérios descritos para o Campo 03. As referências completas serão consignadas em outro arquivo, o PESQTERM.

Quadro Resumo 7 – Ficha de levantamento, com previsão do número de caracteres necessários para cada campo

Campo	Nome	Extensão
Campo 01	LP	02
Campo 02	Termo LP	36
Campo 03	Fonte	04
Campo 04	Ano	02
Campo 05	Uso	03
Campo 06	LC	02
Campo 07	Termo LC	36
Campo 08	Área	08
Campo 09	Data	08
Campo 10	Documentador	04
Campo 11	Revisor	04
	TOTAL	109

Quadro Resumo 8 – Ficha de levantamento manual

01	02		
03	04	05	
06	07		
08	09	10	11

Quadro Resumo 9 – Exemplos de preenchimento⁴

01 en	02 altitude correction		
03 FURS	04 80	05	
06 pt	07 correção de altitude		
08 aer	09 12/9/94	10 FRAU	11

01 en	02 cylinder		
03 FURS	04 80	05 US	
06 pt	07 cilindro		
08 gen	09 12/9/94	10 FRAU	11

3. Os dicionários monolíngües de especialidade

No item anterior, analisou-se um procedimento de compilação, cujo propósito explícito é o de obter dados terminológicos bilíngües de confiabilidade aceitável em curto espaço de tempo. Uma vantagem suplementar da metodologia proposta é o de proporcionar uma bidirecionalidade dos registros, isto é, organizar os dados coligidos em dicionários de especialidade de tal forma a assegurar a sua utilização tanto para a tradução quanto para a versão (isto é, de e para a língua estrangeira em questão).

⁴ Extraídos de FÜRSTENAU, E. *Dicionário de termos técnicos inglês-português*, 11. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

No entanto, é forçoso admitir que o resultado final, embora quantitativamente satisfatório, tende a ficar algo marcadamente aquém do verdadeiro propósito dos estudos terminológicos. Ferramenta conveniente para consulta rápida e pontual, os dados compilados de dicionários bilíngües de especialidade não fornecem, no entanto, algo que é essencial à própria concepção do método terminológico, que é o estabelecimento claro da relação *noção/designação*. Com efeito, o fato de se controlar a margem de risco não exime o produto final da compilação da depreciação inerente ao fato de resumir-se, salvo algumas indicações de fontes e datas, a uma listagem de termos, ou seja, de significantes, apenas indiretamente abordando os significados na indicação de área.

Persistem, no entanto, os argumentos de urgência, que justificam a adoção de procedimentos que permitam uma redução significativa no tempo de elaboração de bases de dados terminológicos bilíngües. Assim, cabe indagar se, além ou complementarmente à compilação, outros procedimentos poderiam vir a satisfazer a essas necessidades mais imediatas, sem de todo descaracterizar a natureza terminológica de seus resultados.

Os dicionários bilíngües de especialidade organizam-se, salvo exceção, como produtos lexicográficos tradicionais, apresentando verbete, indicação gramatical (classe e gênero) e uma lista de acepções possíveis na língua de chegada, distinguindo relações tidas por sinonímicas por vírgula e acepções efetivamente distintas por ponto-e-vírgula. De maneira assistemática, contêm, ainda, indicações das equivalências na língua de chegada separadas por áreas ou domínios, como, por exemplo:

cylinder volume (*mec.*), s. cilindrada, f.;
(*geom.*) volume de cilindro, m.⁵

Não apresentam, porém, uma indicação explícita e específica da(s) noção(ões) recobertas pelo termo em questão, exceto – e, no-

⁵ In: E. Fürstenau. *Dicionário de termos técnicos inglês-português*. 11. ed. Porto Alegre: Globo, 1980.

vamente, de maneira algo assistemática – quanto se tratam de dicionários técnicos específicos.⁶

Existem, no entanto, outros produtos no mercado que melhor se aproximam da perspectiva e da metodologia terminológicas: os dicionários monolíngües de especialidade: dicionário de agronomia, dicionário de psiquiatria, vocabulário jurídico etc. Tais obras apresentam claras vantagens sobre os dicionários bilíngües, notadamente:

- (a) são geralmente elaboradas por especialista da área ou domínio em questão, o que assegura um elevado grau de confiabilidade à fonte;
- (b) contêm, como componente essencial, definições precisas e abrangentes, freqüentemente ilustradas por citações e remissões bibliográficas e históricas;
- (c) representam uma seleção dos termos tidos por essenciais da especialidade.

Assim, os dados constantes desses dicionários (ou vocabulários) monolíngües de especialidade correspondem, em larga medida, a levantamentos terminológicos monolíngües.

Evidentemente, o terminólogo que pretenda utilizar tais fontes não terá como determinar, com razoável grau de certeza, a fiabilidade das metodologias adotadas pelo autor do dicionário em questão, nem a verdadeira representatividade do levantamento, quer em termos de freqüência, quer em termos de generalidade / vinculação a determinada escola de pensamento ao interior da especialidade em questão. E, como consequência do próprio intervalo de tempo necessário para a elaboração e produção editorial/gráfica de tais fontes, os dados consignados em tais fontes não corresponderão necessariamente ao uso corrente. Assim, um dicionário publicado em 1989, por exemplo, poderá quando muito representar, mesmo em função

⁶ Neste sentido, dois exemplos bastante satisfatórios são o *Dicionário médico Stedman* e o *Dicionário jurídico inglês/português português/inglês* de Maria Chaves de Melo.

de um levantamento efetuado de maneira sóciolingüisticamente consistente, o uso vigente até 1987. Sua utilização em 1995, para um trabalho terminológico bilíngüe a estar disponível para o público em 1996, representará, portanto, uma defasagem temporal de nove anos, pelo menos, situação essa que, para algumas áreas de elevada dinâmica terminológica, caracterizará o produto final como claramente datado, de valor em grande parte histórico.

Ainda, dicionários monolíngües de especialidade elaborados por um ou por um grupo limitado de especialistas tenderão a assumir um caráter normativo, disciplinador do uso, raramente adotando uma perspectiva mais neutra, descritivista. Tal postura certamente levará, cá e lá, à inclusão no dicionário de informações, dados, conceitos e noções que representam a preferência pessoal do organizador, potencialmente em choque com as preferências mais difundidas entre os usuários da terminologia-objeto em questão.

Aqui também, portanto, o recurso a uma abordagem “aceleradora” do trabalho terminológico terá, como efeito correlato, uma certa redução na confiabilidade do levantamento. No entanto, dada uma plena conscientização dos limites qualitativos impostos pelas circunstâncias descritas acima, e insistindo-se, sempre, em seu caráter provisório, visando preencher, até segunda ordem, uma lacuna informativa que, de outro modo, permaneceria aberta por um tempo considerável, de longe excedendo a tolerância possível em função das urgências já reiteradamente sublinhadas no presente, e desde que o levantamento a ser empreendido não recaia sobre áreas em que a dinâmica da criação terminológica resultem em invalidez significativa de dados coligidos há mais de cinco ou seis anos, será possível obter resultados de grande valia a partir dos dicionários monolíngües de especialidade.

Referências bibliográficas

- AUBERT, F.H. (1992) Problemas e urgências na inter-relação terminologia/tradução. In: *Alfa*, vol. 36. São Paulo, EDUNESP. p. 81-86.
- AUBERT, F.H. (1994) A compilação lexicográfica como alternativa emergencial à descrição terminológica sistemática. In *TradTerm* nº 1. São Paulo, CITRAT/FFLCH/USP, p. 111-116.
- AZENHA Jr., J. (1994) *Aspectos culturais na produção de textos técnicos de instrução alemão-português: teoria e prática*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH/USP.
- DÉA, N. D. (1996) Plano geral de pesquisa de mestrado. *Relatório de atividades para exame de qualificação (mestrado)*, na área de Língua e Literatura Francesa. S. Paulo, FFLCH/USP.
- GALINSKI, C. The role of terminology – terminology & translation. *Terminologie et traduction*, nº. 1.
- DUBUC, R. (1985) *Manuel pratique de terminologie*. Montreal, Linguatéc.
- HOOF (1982) Naissance d'une terminologie. *Meta*, v. 27, nº. 4.
- JAKOBSON, R. (1969) Aspectos lingüísticos da tradução. In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, p. 63-72.
- PINCHUCK, I. (1977) *Scientific and technical translation*. Londres, A. Deutsch.
- MEDEIROS, F. S. (1995) *As febres hemorrágicas de origem viral: um levantamento terminológico*. Monografia. São Paulo, FFLCH/USP.
- SAGER, J. (1990) *A practical course in terminology*.

FICHA TÉCNICA

<i>Divulgação</i>	<i>LIVRARIA HUMANITAS-DISCURSO</i>
<i>Montagem</i>	Charles de Oliveira / Marcelo Domingues
<i>Mancha</i>	10,5 x 18,5 cm
<i>Formato</i>	14 x 21 cm
<i>Tipologia</i>	Times New Roman 11/13 e Arrus 13/15
<i>Papel</i>	miolo: off-set 75g/m ² capa: vergê berilo 180g/m ²
<i>Impressão da capa</i>	preto
<i>Impressão e acabamento</i>	Seção Gráfica – FFLCH/USP
<i>Número total de páginas</i>	104
<i>Tiragem</i>	500 exemplares